

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) BRUNO PASTRO VIEIRA

OS CONFLITOS ENTRE O HEZBOLLAH E O ESTADO DE ISRAEL:

a teoria contrainsurgente na perspectiva do insurgente

Rio de Janeiro

2019

CC (IM) BRUNO PASTRO VIEIRA

OS CONFLITOS ENTRE O HEZBOLLAH E O ESTADO DE ISRAEL:

a teoria contrainsurgente na perspectiva do insurgente

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval,  
como requisito parcial para conclusão do Curso de  
Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, bênçãos, saúde, inteligência, disposição e oportunidades que me possibilitaram chegar até este momento.

Agradeço a minha mãe, Vera Lúcia, ao meu falecido pai, Luís Carlos e ao meu irmão Leonardo pela paciência, apoio, compreensão e valores transmitidos que, desde 1996, permitiram o meu ingresso no Colégio Naval e a continuidade da minha carreira na Marinha do Brasil.

Agradeço à tripulação e ao corpo docente da Escola de Guerra Naval, pelo apoio, disponibilidade e orientações dedicados à formação dos oficiais-alunos dos cursos, especialmente do C-EMOS. Dedico um agradecimento fraterno aos amigos da Turma Almirante Soares Dutra, com os quais compartilho desde o Colégio Naval os desafios, as dificuldades, alegrias e tristezas destes mais de 23 anos de singradura juntos. Destaco agradecimentos especiais ao CF (RM1) Nagashima, pela forma amigável, cordial e profissional que me orientou durante este trabalho.

Por fim, agradeço à Marinha do Brasil que, por meio do curso, possibilita uma oportunidade única para o enriquecimento intelectual de seus oficiais, contribuindo diretamente para o incremento do saber e o conseqüente progresso cultural de nossa força e do nosso país.

## RESUMO

A guerra irregular, um fenômeno antigo, tem ganhado destaque nas últimas décadas em detrimento das guerras convencionais. Historicamente, grupos insurgentes, terroristas e facções armadas tentaram romper o monopólio do uso da força de vários Estados. Tal forma de fazer guerra cresceu significativamente no século anterior, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo a região do Oriente Médio um dos principais palcos para o desenrolar desses conflitos. Diante desse aspecto, as forças militares convencionais necessitam de rápida adaptação às situações que se apresentam particularmente em cada cenário conflituoso. Tendo em vista os aspectos apontados, o propósito desse trabalho é examinar se as ações do grupo libanês Hezbollah diante dos conflitos com o Estado de Israel, no período de 1982 até a Guerra do Líbano de 2006, tiveram aderência ao modelo teórico de contrainsurgência elaborado pelo coronel do exército francês David Galula. Neste caso, os conceitos da teoria foram abordados pela ótica do grupo insurgente. A análise se restringiu às quatro leis elaboradas pela teoria de Galula destacadas neste trabalho. Além disso, de modo a empreender esta investigação, foi estabelecido como desenho de pesquisa o confronto da teoria com a realidade. Metodologicamente, o estudo baseou-se em uma pesquisa documental e bibliográfica. Após realizada a análise, concluiu-se que houve grande aderência à teoria de Galula no que se refere à obtenção do apoio da população, e que o grupo libanês alterou significativamente sua forma de atuação junto aos diversos segmentos étnico-religiosos da população libanesa. Por fim, ensejou-se a reflexão sobre os desdobramentos do trabalho, principalmente para a Marinha do Brasil, no que tange ao preparo para o enfrentamento de situações de combate a insurgência que exijam capacidades adaptadas e adequadas a este tipo de situação, seja no âmbito nacional ou internacional.

**Palavras-chave:** Líbano. Israel. Hezbollah. Insurgentes. Contrainsurgência. Guerra Irregular. Apoio da População. David Galula. Teoria.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Censo Populacional do Líbano em 1932 .....	56
Figura 2 - Área do conflito de 2006 .....	57
Figura 3 - Limites da <i>blue line</i> na Área de Operações da UNIFIL .....	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CG –	Centro de Gravidade
CSONU –	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
EUA –	Estados Unidos da América
FDI –	Forças de Defesa de Israel
FPLP-CG –	Frente Popular pela Libertação da Palestina - Comando Geral
FTM- UNIFIL –	Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano
MB –	Marinha do Brasil
MNL –	Movimento Nacional Libanês
OLP –	Organização para a Libertação da Palestina
ONU –	Organização das Nações Unidas
PSP –	Partido Socialista Progressista
UNIFIL –	<i>United Nations Interim Forces in Lebanon</i>
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>A TEORIA DE DAVID GALULA SOBRE GUERRA IRREGULAR</b> .....	<b>10</b>
2.1	O conflito e a insurgência .....	10
2.2	Os conceitos de guerra irregular .....	12
2.3	Objetivo: o “centro de gravidade” .....	14
<b>3</b>	<b>OS CONFRONTOS ENTRE O HEZBOLLAH E ISRAEL</b> .....	<b>19</b>
3.1	A consolidação do Estado de Israel .....	19
3.2	A História do Líbano e o nascimento do Hezbollah .....	24
3.3	A Guerra de 2006.....	39
<b>4</b>	<b>O CONFRONTO ENTRE O MODELO TEÓRICO E A REALIDADE DE INTERESSE</b> .....	<b>44</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>52</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) deu origem a uma nova fase na história do mundo e no sistema internacional – os processos de descolonização e a Guerra Fria (1947-1989). Esses dois fenômenos criaram uma situação internacional que produziu conflitos ideológicos e o uso generalizado da violência para objetivos políticos.

Esses conflitos não seriam conflitos convencionais de alta intensidade, que se utilizariam de grandes contingentes de infantaria, de carros de combate e de apoio, de peças de artilharia, conduzidos em quilômetros de campo de batalha; ao contrário, seriam de baixa intensidade, conflitos assimétricos, nos quais um lado significativamente mais fraco lutaria com uma força bem mais forte, por meio do uso de guerra irregular.

Os conflitos sempre estiveram presentes nas sociedades. A busca pelo poder gerou diversos enfrentamentos ao longo da história, levando ao fim de civilizações e ao surgimento de outras. No intuito de obter um direito, mantê-lo ou restabelecê-lo, a força foi e é utilizada nas formas mais violentas possíveis, simbolizando o choque de vontades que são, na maioria das vezes, antagônicas.

Mediante o emprego da violência, esse choque de vontades rompe o equilíbrio de poder existente (um dos principais eixos estruturantes da teoria realista clássica das Relações Internacionais do século XX), modificando as relações entre as partes, sejam estas políticas, sociais, econômicas, religiosas ou culturais.

Nesse contexto, destaca-se Oriente Médio, devido aos inúmeros conflitos armados propagados naquela região tão disputada. Ali nasceram as religiões monoteístas – o judaísmo, o cristianismo e o islã – que se disseminaram por meio dos idiomas de origem de seus povos e seguidores. Inserido nesse cenário, encontra-se o Estado de Israel.

Em 1948, ano do estabelecimento de Israel, houve a primeira guerra entre o Estado judeu e os árabes. A ela, seguiram-se outras tantas, como a crise do Suez (1956), a Guerra dos



Seis Dias (1967), a Guerra do Yom Kippur (1973), a Guerra Civil no Líbano (1975), a invasão do sul do Líbano (1978), a invasão do Líbano (1982) e a retirada das tropas israelenses em 2000. Contudo, nas últimas décadas surgiu outro grande desafio para os israelenses, que combatem há mais de 30 anos um inimigo não estatal instalado no Líbano: o grupo insurgente Hezbollah. Esses dois atores protagonizaram diversas disputas conflituosas desde o surgimento do grupo libanês, em 1982, que, em diversos momentos, desencadearam uma guerra.

A presente pesquisa foi motivada pela percepção, baseada em conhecimentos empíricos, de que as ações do Hezbollah possuem aderência à teoria de David Galula. Além disso, de que estas ações foram motivadas pela evolução do grupo de uma postura inicial sectária, baseada no segmento religioso muçulmano xiita, para uma ideia de união da maior parcela possível de todos os segmentos étnico-religiosos libaneses contra o inimigo em comum, o Estado de Israel. Tal observação fundamenta-se na experiência pessoal do pesquisador, obtida durante o período em que desempenhou a função de Ajudante do Oficial de Informações no Estado-Maior da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL).

Diante do exposto, esta pesquisa se propõe a analisar as atividades insurgentes do Hezbollah, desdobradas a partir do território libanês contra o Estado de Israel, desde a sua criação em 1982, tendo como limite da abordagem a invasão israelense ao Líbano em 2006.

Portanto, o propósito do trabalho é responder ao seguinte questionamento: as ações do grupo Hezbollah, rotulado como uma milícia insurgente, no combate ao Estado de Israel, durante a trajetória percorrida desde o seu surgimento em 1982 até a guerra de 2006, tiveram aderência ao modelo teórico de David Galula no que concerne ao apoio da população? Diante desse questionamento, aventou-se a hipótese de que as atividades do grupo libanês foram aderentes à teoria de Galula.

De modo a sistematizar o estudo, a metodologia utilizada revestiu-se de uma análise que compara a teoria selecionada com a realidade. Este estudo, por sua vez, baseou-se em pesquisa documental e bibliográfica, além de ter como alicerce os conhecimentos adquiridos e a experiência vivenciada por este autor, durante o período de fevereiro a agosto de 2016, na FTM-UNIFIL.

De forma a empreender esta análise, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo apresenta o arcabouço teórico que é utilizado na pesquisa, e cuja principal base é a teoria de contrainsurgência de David Galula. Por sua vez, o terceiro capítulo apresenta um histórico descritivo da formação do Estado de Israel, assim como do surgimento do Hezbollah, seu desenvolvimento, amadurecimento e suas ações insurgentes. Para tanto, são enfatizados os aspectos relacionados aos efeitos na população local e, por último, a Guerra de 2006 entre os atores. Já o quarto capítulo é dedicado a identificar as similaridades e contrastes verificadas no caso real selecionado, confrontando-o com o modelo teórico de David Galula, de modo a buscar validar ou não a hipótese apresentada.

Por fim, no último capítulo, são apresentadas as conclusões e indicações de possíveis linhas de pesquisa futuras, por meio da análise de outras variáveis não estudadas no presente trabalho. São destacados, ainda, a importância do assunto, bem como implicações do estudo para a Marinha do Brasil (MB).

Isso ocorre porque Forças militares brasileiras já estiveram presentes, ou ainda estão, em países com cenários de guerra irregular, como no Haiti e no próprio Líbano, nada impedindo que tal fato se repetisse em operações futuras. Outra vertente diz respeito ao campo interno, onde grupos armados planejam e executam ações típicas da guerra irregular nas cidades brasileiras, impelindo o Estado a adequar-se a essa realidade.

Visando fundamentar as análises e conclusões levantadas ao longo deste trabalho, este capítulo apresenta os principais conceitos de conflito e guerra irregular, bem como o modelo teórico de contrainsurgência do Coronel do Exército Francês David Galula (1919-1967).

Portanto, este capítulo está subdividido em três seções. A primeira seção é destinada a abordar alguns conceitos de conflito. A segunda trata dos conceitos concernentes à guerra irregular. Por fim, a terceira seção descreve os pontos de interesse da teoria desta pesquisa.

### **2.1 O conflito e a insurgência**

Destarte, é importante apontar que o conflito é uma constante nas sociedades, que, por sua vez, são afetadas por interesses e vontades de Estados, grupos e organizações. O conflito, constitui, assim, um fenômeno das relações sociais que gera divisões, tensões e lutas. Trata-se de uma manifestação na qual uma parte tenta subjugar a outra, no intuito de impor sua vontade. Estas diferenças, na maioria das vezes, são resolvidas pacificamente. Mas, em muitos casos, o ápice de uma disputa evolui para a violência armada.

Diversos teóricos da Sociologia, dentre os quais destaca-se o francês Julien Freund (1921-1993), defendiam que o conflito é um fenômeno que faz parte de qualquer sociedade e que sua eliminação de forma absoluta ou definitiva seria utópica (FREUND, 1995). No contexto das Relações Internacionais, o realismo clássico de Thomas Hobbes (1588-1679), ressaltado por Pecequilo (PECEQUILO, 2012), concorda com esta mesma afirmativa sobre o conflito permanente, resultante em um cenário de guerra de todos contra todos, no qual os indivíduos vivem em um estado de competição e de disputa constante.

Diante dos diversos conceitos existentes sobre conflito, e a fim de deixar claro o alcance e a profundidade do estudo, este trabalho considera que conflito consiste em um enfrentamento intencional, entre dois indivíduos ou grupos da mesma espécie, que manifestam, uns em relação aos outros, uma intenção hostil. Concebe-se, também, que, na maioria das vezes, o objetivo é obter um direito e, para manter, afirmar ou restabelecer este direito uma parte atua de forma a quebrar a resistência da outra, eventualmente com a utilização da violência, que pode, dependendo do caso, tender ao aniquilamento físico da outra parte (FREUND, 1995).

No que diz respeito aos estudos do combate à insurgência, é mister apontar os estudos do citado oficial francês. O militar participou de quatro conflitos que permeiam a construção do seu livro *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*<sup>1</sup>, publicado em 1964: a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Revolução Comunista na China (1946-1950), a Guerra Civil na Grécia (1946-1949) e a Guerra da Argélia (1954-1962). Sua teoria serviu como principal referência para a criação da doutrina de contrainsurgência do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América (EUA) (2006)<sup>2</sup>, bem como de muitas outras Forças Armadas contemporâneas ao redor do mundo.

Nesse sentido, a atenção deste trabalho encontra-se voltada para a análise da busca incessante, por parte grupo insurgente libanês Hezbollah, do apoio da população libanesa (aspecto descrito na teoria de Galula), no intuito de combater o Estado de Israel. Cabe destacar que normalmente o objetivo de um grupo insurgente é minar o poder do Estado onde está instalado a fim de derrubar o governo com o uso da força.

Nessa acepção, o Hezbollah percorreu um longo caminho desde seu surgimento em 1982. O que começou como uma organização que, além de outros objetivos, estava concentrada em derrubar o governo libanês pela força, transformou-se em um grupo que quer alcançar este

---

<sup>1</sup> “Guerra de Contrainsurgência: Teoria e Prática” (Tradução nossa).

<sup>2</sup> A teoria de Galula fundamentou a elaboração do *U.S. Army Field Manual n° 3-24 / Marine Corps Warfighting Publication n° 3-33.5*, expedido no ano de 2006.

mesmo objetivo, mas por meios legítimos dentro do complexo sistema político do Líbano. Além disto, uma tentativa de tomar o poder mediante o emprego da força poderia legitimar um ataque israelense ao Líbano em larga escala, sem que houvesse uma retaliação dos outros países árabes em defesa dos libaneses.

A teoria formulada por Galula tem a finalidade de combater a insurgência<sup>3</sup>, ou seja, objetiva a contrainsurgência. No entanto, conforme mencionado anteriormente, neste trabalho é abordada a teoria na perspectiva de um grupo insurgente, o Hezbollah, diante dos conflitos com Israel, perfazendo o caminho até o enfrentamento ocorrido na Guerra do Líbano de 2006.

Isso ocorre porque a análise da referida teoria, sob o foco mencionado, permite que no capítulo 4 seja feita a comparação entre o modelo teórico e as ações empreendidas pelos combatentes do grupo libanês. Assim, é possível verificar se houve a aderência das ações dos insurgentes do Hezbollah à teoria de Galula.

## **2.2 Os conceitos de guerra irregular**

Nesta seção são descritos alguns conceitos de guerra irregular no intuito de convencionar os termos utilizados, facilitando o entendimento do tema e sua abordagem.

Para o estudo ora apresentado, o conceito adotado de guerra irregular ou de insurgência é o de uma luta prolongada, conduzida minuciosamente, passo a passo, a fim de atingir objetivos intermediários que, ao final, levarão à derrubada da ordem vigente (GALULA, 1964)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> O seguinte conceito é adotado pela MB: “Insurgência - Uso intensivo das práticas de guerra irregular por um grupo radical ou movimento extremista, que recorre à luta armada para a consecução de seus objetivos.” (BRASIL, 2015, p. 148).

<sup>4</sup> O seguinte conceito é adotado pela MB: “Guerra Irregular - Conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais convencionais, contra um governo estabelecido (movimento revolucionário) ou um poder de ocupação (movimento de resistência). Engloba a guerra de guerrilhas, a subversão, a sabotagem e o apoio à fuga e evasão” (BRASIL, 2015, p. 136).

Tendo esse aparato conceitual em mente, cabe apontar que após a Segunda Guerra Mundial ocorreram mais de 80 conflitos rotulados como de natureza irregular. Segundo especialistas, 96% das guerras da década de 1990 foram enfrentamentos não convencionais (VISACRO, 2018). Além disso, é importante destacar que, na guerra irregular, os insurgentes, guerrilheiros ou terroristas tendem a não obedecer a qualquer tipo de regra. Devido a sua imprevisibilidade, o terrorismo<sup>5</sup> é extremamente difícil de ser combatido. Assim, em uma guerra irregular, a ausência de padrões rígidos possibilita que ela se adeque aos mais diversos cenários políticos, sociais e militares (VISACRO, 2018).

Nesse sentido, a guerra irregular tornou-se a forma mais frequente de se travar um conflito armado. Cabe também ressaltar que esta vertente da imposição de violência é a forma mais antiga de se combater, pois estima-se que essa prática antecede as primeiras forças combinadas permanentes datadas de 3000 a.C., no Oriente Médio (VISACRO, 2018).

Ainda que a guerra seja a mesma para ambos os oponentes, em termos de espaço e tempo, existem duas formas de lutar: a do insurgente e a do contrainsurgente. O insurgente possui fluidez, realizando o ataque e desaparecendo logo em seguida, sem estabelecer uma frente de combate clara (GALULA, 1964). Por meio da característica da fluidez, possibilita-se ao insurgente evitar o inimigo, que não tem sequer a oportunidade de usar a vantagem da sua enorme força. O contrainsurgente, por sua vez, é rígido, já que precisa estar fisicamente presente a fim de materializar seu domínio. A rigidez do contrainsurgente se materializa ainda em sua doutrina, sua organização e seu treinamento, implicando em diversas limitações.

Continuando a análise, Galula destaca que os aspectos tangíveis do poder são favoráveis ao contrainsurgente, tais como a força militar, organização e os recursos financeiros.

---

<sup>5</sup> “[...] são atos criminosos, incluindo atos contra civis, feitos com a intenção de causar morte ou lesões corporais graves; fazer reféns, com o objetivo de provocar terror no público em geral ou em uma parcela desta população ou em pessoas em particular; intimidar uma população ou um governo ou uma organização internacional obrigando-os a praticar ou abster-se de praticar qualquer ação, que constitua infração dentro do âmbito das convenções e protocolos internacionais associados com o terrorismo.” (CSONU, 2004, §3º, s.p.).

Mas, o aspecto intangível fundamental do poder, o poder ideológico inserido em uma causa, está normalmente a favor do insurgente. Diante disso, o insurgente busca a transformação de seu poder intangível para tangível, ou seja, o insurgente precisa ampliar seu poder concreto (GALULA, 1964).

Outro aspecto ao lado do insurgente é o material, pois, mesmo que não disponha de fartos recursos financeiros, que normalmente são originados de fontes no exterior, para ele a guerra é, financeiramente, menos onerosa e mais simples (GALULA, 1964).

Pode-se depreender que existe, basicamente, um desequilíbrio de recursos materiais em proveito do contrainsurgente, e de fluidez em favor do insurgente. Além disso, o insurgente possui, ainda, a iniciativa das ações, uma vez que decide pelo enfrentamento ou não e sobre qual o momento apropriado para realizá-lo diante das forças organizadas inimigas.

### **2.3 Objetivo: o “centro de gravidade”**

Nesta seção são destacadas as quatro leis formuladas por Galula e destinadas originalmente a orientar o esforço contra uma guerra irregular. Cabe considerar que essa abordagem se aplica aos movimentos insurgentes que adquiriram determinada consistência no emprego da violência para combater o regime em vigor. Porém, neste trabalho, como já mencionado, a utilização destas leis é explorada a partir do viés do insurgente, o grupo libanês Hezbollah.

No ambiente de uma guerra regular, as ações militares e, em segundo plano, a diplomacia, a propaganda e a pressão econômica são normalmente os instrumentos principais para o alcance dos objetivos políticos traçados (GALULA, 1964). Porém, em uma guerra irregular o cenário é diferente, pois o objetivo é a própria população. Na perspectiva do insurgente, é preciso convencê-la a apoiar e participar da sua causa. Já sob a perspectiva

adversária, mantê-la, pelo menos, submissa ou neutra, mas, preferencialmente, simpatizante ao contrainsurgente (GALULA, 1964).

O insurgente, conhecedor de suas limitações e de sua inferioridade, evitará a luta direta com o oponente, ao buscar atacar suas forças e ao visar o seu território. Como consequência disso, o insurgente procurará um novo campo de batalha no qual possuirá melhores chances de sucesso. Assim, o grande foco de ambos os lados passa a ser a “batalha pela população”. Além disso, a força insurgente não se preocupa com o controle perene de regiões, mas tem como principal vantagem escolher o momento e o local mais convenientes para atacar e desgastar seu oponente sem que ele possa reagir com toda a sua força, que normalmente é superior a dela.

Diante desses aspectos, ressalta-se que no modelo teórico de Galula foram formuladas quatro leis que orientam a forma de abordagem da contrainsurgência. A seguir, apresenta-se uma descrição sucinta de todas as quatro leis no intuito de contextualizar a sua teoria.

A primeira lei destaca a importância do apoio da população tanto para o insurgente como para o contrainsurgente. O problema da ação contrainsurgente é a limpeza e a manutenção de determinada região, que visa evitar que os insurgentes voltem a atuar com suas células políticas ou unidades de guerrilha. Da mesma forma que o apoio da população é imprescindível para que o insurgente vença a guerra, esse também passa a ser o objetivo do contrainsurgente (GALULA, 1964). Se o insurgente consegue dissociar a população do contrainsurgente, controlá-la fisicamente e dela obter suporte, ele vencerá a guerra já que, em última análise, o exercício do poder político depende do apoio tácito, da neutralidade ou da submissão da população local (GALULA, 1964).

No que diz respeito à segunda lei, o apoio é obtido por meio de uma minoria ativa. A efetividade desse apoio é expressa não apenas pela simpatia e aprovação tácita, mas também



deve englobar a participação ativa na luta contra a insurgência. Ademais, em qualquer situação, qualquer que seja a causa, haverá uma minoria ativa a seu favor, uma maioria neutra e uma minoria ativa contrária (GALULA, 1964). Portanto, a técnica se propõe a conquistar uma minoria favorável para que esta mobilize a parcela neutra e, conseqüentemente, minimize ou elimine a minoria hostil. Nesse sentido, as estratégias política e militar, aliadas aos aspectos econômico, social e psicológico, devem buscar este efeito desejado (GALULA, 1964).

Já a terceira lei antecipa que o apoio da população é condicional. Uma força contrainsurgente somente será capaz de conquistar seus colaboradores demonstrando sua determinação e capacidade de vencer a rebelião. Quando a vida de uma pessoa está em risco, é preciso mais do que propaganda para convencê-la. O medo de ter a vida ameaçada pelos rebeldes deve ser afastado de forma a gerar o mínimo de confiança. Este objetivo somente será alcançado no caso de êxito obtido por operações militares e policiais contra as unidades guerrilheiras, sucedido de ações políticas efetivas sobre a população (GALULA, 1964).

Ademais, em uma contrainsurgência, a força se dá em termos da capacidade de se obter o apoio da população. Essa força é materializada quando o contrainsurgente consegue que sua causa seja incorporada por uma organização política que emane da população (GALULA, 1964).

Por fim, a quarta lei aponta que a intensidade de esforços e a potência dos meios são essenciais para o alcance dos objetivos. O afastamento da população da influência e da ameaça insurgente exigem ações intensas e de longa duração, demandando grande concentração de esforços, recursos materiais e pessoal, no intuito de convencer esta população de que o contrainsurgente pode alcançar a vitória com os meios disponíveis. Sendo assim, tais esforços não podem se espalhar inadvertidamente por todo o país, pelo contrário, devem ser aplicados paulatinamente, área por área (GALULA, 1964).

Diante da população local, o lado que conquistou sua confiança recebe suporte de meios, informações, material, recursos humanos e outros de toda ordem, o que a caracteriza como “centro de gravidade” (CG) da guerra. O CG é uma fonte de força, poder e resistência física ou moral que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu poder de combate. O CG, uma vez conquistado ou atingido, poderá resultar na ruína da infraestrutura de poder adversária, porque se trata de um ponto de equilíbrio que dá coesão às forças, à estrutura e à resistência do oponente, sustentando o seu esforço de combate. O CG existe em todos os níveis de condução da guerra (BRASIL, 2015).

Dessa forma, a “batalha pela população” é derivada de várias outras, como a batalha política, econômica, psicológica, religiosa e social. A política se torna parte vital das operações e deve estar amplamente conectada a todas as outras. O efeito de tais operações, sob o prisma político de como atingirá a população, deve ser amplamente discutido. E, ao analisá-lo, sob o ponto de vista militar, e diante do prisma da guerra irregular, é possível depreender que vitórias táticas podem ser imensas derrotas estratégicas se causam danos à população ou à imagem diante da comunidade internacional, o que será, por certo, explorado pelo lado oposto em sua propaganda.

Derivada das quatro leis de Galula, uma estratégia geral é elaborada para o combate a insurgência, na forma de um processo de oito passos. No primeiro passo, há necessidade de concentrar um contingente armado suficientemente forte para destruir ou expulsar o insurgente da área que se deseja. A seguir, deve-se destacar, para o local, tropas em número suficiente para evitar o retorno do insurgente. No terceiro passo, deve-se estabelecer contato com a população, controlando seus movimentos, a fim de eliminar as ligações com os insurgentes. No quarto passo, deve-se buscar a destruição das organizações políticas dos insurgentes.

A seguir, no quinto passo, novas autoridades civis devem ser instituídas por meio de eleições. No sexto passo são atribuídas tarefas às autoridades eleitas com o intuito de testá-

las e, caso necessário, substituir as inadequadas ao objetivo. O sétimo passo preconiza aglutinar e educar líderes em um movimento político nacional. Como oitavo e decisivo passo, deve-se eliminar os últimos resíduos dos rebeldes, aniquilando-os permanentemente (GALULA, 1964).

A partir dos enunciados, fica evidente que uma operação que visa ao combate a insurgência demanda complexa interação de diversos atores do lado contrainsurgente, militares e civis que, quando não alinhados, tornam a luta se não impossível, muito difícil de se travar, facilitando as ações perpetradas pelos insurgentes.

Neste ponto, cabe ressaltar que, como este trabalho busca analisar a teoria de Galula na perspectiva do insurgente, a descrição de alguns passos não se alinham perfeitamente às ações desenvolvidas por aqueles tipos de grupos. Então, o campo de estudos limita-se a analisar especificamente as leis de Galula, que tratam da população local como principal objetivo ou, em termos mais amplos, do CG desse tipo de guerra. Assim, após esta exposição, no capítulo seguinte é realizada uma breve descrição da história do conflito de 2006 e dos atores nele envolvidos.

### **3 OS CONFRONTOS ENTRE O HEZBOLLAH E ISRAEL**

Antes de abordar o conflito entre os insurgentes do Hezbollah e o Estado de Israel, este capítulo traz uma breve contextualização sobre o surgimento do grupo libanês e a formação do Estado judeu, no intuito de obter uma melhor visão sobre os acontecimentos históricos que antecederam o embate. Acredita-se que esse panorama auxilia na compreensão das causas do conflito e, ainda, a responder ao questionamento proposto com maior embasamento.

Por isso, este capítulo encontra-se fracionado em três seções, sendo a primeira destinada aos aspectos da formação do Estado de Israel; a segunda voltada, sucintamente, à história do Líbano e ao aparecimento do grupo Hezbollah; e, a terceira, dedicada, especificamente, à guerra ocorrida entre esses atores, em 2006.

#### **3.1 A consolidação do Estado de Israel**

Nesta seção aborda-se, resumidamente, a formação do Estado de Israel, visando a um melhor entendimento das causas dos conflitos entre este Estado e o Hezbollah. Por isso, é importante sublinhar que os judeus, com o início do sionismo, procuraram um lar para seu povo, onde pudessem estabelecer um Estado Nacional Judaico. Devido a circunstâncias históricas, tal objetivo levou a inúmeros confrontos com a comunidade árabe, o que provocou turbulência no curso da humanidade, que ainda pode ser sentida na atualidade.

Ao fim da Idade Média, após a chamada nova diáspora<sup>6</sup>, os judeus encontravam-se instalados em toda a Europa, principalmente na Alemanha, no leste europeu e no Reino Unido. A emigração dos judeus garantiu a preservação do seu povo e da sua cultura. Além disso, mesmo espalhados pelo mundo, os judeus mantiveram uma estreita ligação religiosa e espiritual com a

---

<sup>6</sup> Nova diáspora - segundo Churchill R. e Churchill W. (1968), os descendentes de Isaque e de Jacó, após suportarem sucessivos golpes dos Babilônios, pela colonização romana, por Tito e Aelio Adriano, sentiram-se forçados, em sua quase totalidade, a emigrar da região da Palestina.

Palestina. Porém, essa emigração para os países europeus não foi bem aceita pelas populações dos Estados anfitriões.

Instalados em diversos Estados, rapidamente os judeus se adaptaram aos costumes locais, mas preservaram a sua integridade religiosa e cultural. O grau de dedicação dos judeus despertou rapidamente as atenções dos Estados que os hospedaram (SCALERCIO, 2003). Em contrapartida, tais características geraram movimentos contrários ao estabelecimento dos judeus em seus Estados, bem como aos seus costumes, o que resultou em violentas perseguições na Europa. Tais ações ocasionaram a emigração em massa desse povo em direção ao oeste, atingindo países da Europa Central e Ocidental e, até mesmo, os EUA. Esses acontecimentos foram acompanhados, no decorrer do século XIX, por Theodor Herzl, um jornalista austríaco judeu, que testemunhou manifestações na França que incitavam atos de violência contra os judeus (ISRAEL, 2004).

Devido a esse cenário desfavorável, onde Herzl percebeu que o antissemitismo<sup>7</sup> se fortalecia, ele considerou aquele o momento apropriado para edificar a política sionista, pois acreditava que a segurança do povo judeu somente seria garantida em um Estado definitivamente pertencente aos judeus (ISRAEL, 2004).

As discussões sobre o estabelecimento de um Estado judeu prosperaram graças às ações de Herzl, o que possibilitou que o movimento sionista<sup>8</sup> negociasse os termos com o Reino Unido. Com a morte de Herzl, em 1904, Chaim Weizmann assumiu a liderança dos sionistas, dando continuidade às tratativas de seu antecessor. As relações com os britânicos foram fortalecidas, em especial com o então Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, Arthur James Balfour (GATTAZ, 2002).

---

<sup>7</sup> A expressão refere-se a diversas manifestações de atitudes agressivas e contrárias aos judeus ou a sua permanência em determinado Estado (SAND, 2014).

<sup>8</sup> Sionismo é um movimento político que surgiu no final do século XIX e que defende a formação de um Estado Nacional próprio para os judeus na Palestina (SAND, 2014).

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o apoio dos judeus russos era imprescindível para manter o Exército Vermelho naquele conflito. Com o objetivo de ganhar este apoio, Balfour redigiu uma carta ao Lorde Lionel Rothschild – um financiador de projetos judaicos na Palestina – dizendo que o governo britânico era favorável ao estabelecimento de um Estado para os judeus na Palestina. Porém, a carta também deixava claro que não se faria nada que pudesse alterar os direitos civis e religiosos dos habitantes não judeus existentes na Palestina (ISRAEL, 2013).

Diante dessa manifestação, conhecida por Declaração Balfour, os sionistas vislumbraram que, pela primeira vez, após a sua última diáspora, poderiam regressar à terra natal. Em seguida, em 1919, após o término da Primeira Guerra Mundial, a Conferência de Paz de Paris gerou o Sistema de Mandatos<sup>910</sup>. No ano seguinte, o Tratado de San Remo estabeleceu o mandato britânico sobre a Palestina. Finalmente, em 1922, a Liga das Nações reconheceu aquele sistema e os termos descritos na Declaração Balfour (GATTAZ, 2002).

Estimulado por estes acontecimentos, os judeus dispersos pelo mundo passaram a emigrar em quantidades cada vez maiores para a Palestina, resultando que, ao final do ano de 1935, a sua população praticamente triplicasse naquela região, passando de 164.600 a 445 mil judeus (GATTAZ, 2002). Essa emigração foi vista como uma ameaça pelos árabes, o que resultou, em 1936, no desencadeamento de uma revolta em oposição às autoridades do Reino Unido e ao povo judeu.

---

<sup>9</sup> Cabe salientar que esse sistema havia sido vislumbrado nos acordos secretos de Sykes-Picot, estabelecidos entre a França, a Grã-Bretanha e Rússia. Neles, o intuito era o de dividir o Império Otomano em zonas de influência. Sabe-se que, posteriormente, apenas a França e a Grã-Bretanha persistiram nessa tarefa. A Rússia, por sua vez, ocupou-se com transformações internas a partir de 1917 (SYKES-PICOT AGREEMENT, 1916, s.p.).

<sup>10</sup> Os mandatos foram criados para servir aos interesses das potências mandatárias, a despeito do que o Pacto prescrevia. A instrumentalização de divisões étnicas, a repressão física, o trabalho forçado, por exemplo, eram práticas “administrativas” que não condiziam com os princípios que deveriam aplicar-se ao sistema, inseridos no longo artigo nº 22 do Pacto, que visavam, em síntese, ao “bem-estar” e “desenvolvimento” dos povos nos territórios sob mandato (PEDERSEN, 2015).

Diante desse cenário, o governo do Reino Unido aventou a possibilidade de dividir a Palestina em dois Estados, um judeu e um outro árabe, o que não foi aceito por ambas as partes. Por causa disso, o governo britânico, com o apelo da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), optou por deixar adormecer a ideia de Balfour, pois a comunidade árabe possuía significativo valor no combate a Alemanha de Hitler.

Ao perder o apoio britânico, os judeus que já haviam se instalado na Palestina passaram a lutar pela sua permanência mediante o emprego da repressão armada. A decisão tomada foi a de criar milícias, no intuito de pressionar as comunidades árabes, em uma tentativa de forçá-los a abandonarem suas casas (MAGNOLI, 2015). A partir daquele momento, os judeus alteraram sua postura, onde a negociação cedeu lugar a imposição de sua permanência na Palestina, com o apoio das armas e da força, com o objetivo de erguer o seu lar judaico.

Diante da promoção de Hitler ao poder na Alemanha e a sua ordem de perseguir o povo judeu, o processo de emigração para a Palestina foi acelerado e, juntamente com ele, houve o crescimento dos atritos entre judeus e árabes.

Assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido anunciou que iria transferir a gerência da Palestina para a Organização das Nações Unidas (ONU) que, em 1947, por meio de sua Assembleia Geral, aprovou a Resolução nº 181, que estabelecia a criação de dois Estados, um judeu e um outro palestino, sendo que a cidade de Jerusalém seria administrada por um regime especial internacional da ONU. A comunidade sionista ratificou o documento, mas os países árabes foram contrários à partilha, manifestando que não cumpririam tal resolução, visto que o conteúdo do documento contrariava os princípios de autodeterminação dos povos publicados na Carta das Nações Unidas<sup>11</sup>. Os sionistas, por sua vez, interpretaram a partilha da Palestina como o prenúncio para uma futura expansão judaica por aquela região,

---

<sup>11</sup> A Carta da ONU é o ponto de partida das maioria das questões relativas ao Direito Internacional e ao emprego da força. Adotada imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, ela tinha como objetivo primordial estabelecer regras claras sobre o emprego da força, além de um arcabouço institucional para fazer valer essas normas (BYERS, 2007).

pois seu verdadeiro objetivo era ampliar suas fronteiras, expulsando os árabes localizados na parte palestina (GATTAZ, 2002).

Em maio de 1948, o Reino Unido anunciou o encerramento de seu mandato, antecipando a sua retirada da Palestina, deixando naquela região diversos itens e equipamentos de guerra que, conseqüentemente, foram arrecadados pelas milícias judaicas. Após a decisão do Reino Unido, a ONU, que deveria ocupar o lugar dos britânicos, não possuía a experiência e a autoridade necessárias a fim de reestabelecer a estabilidade local. Logo, tal conjuntura permitiu o estabelecimento do controle judeu sobre a parcela de terra que resultaria no Estado judeu (GATTAZ, 2002).

Contando com a provisão de recursos financeiros e treinamento militar dos EUA, os judeus desenvolveram a capacidade de combate necessária para ampliar seu território em direção à parte designada aos árabes pela ONU. Diante desse cenário, os árabes residentes na Palestina fugiram, abandonando seus lares e propriedades antes mesmo da chegada dos israelenses. Os judeus logo chegaram às cidades de Jerusalém, Haifa e Jaffa. Conforme determinado pela partilha, a primeira seria submetida a uma gestão internacional, enquanto as duas outras a uma gestão árabe, o que extrapolava os limites concedidos pela ONU (SAND, 2014).

Dentre os diversos destinos dos árabes deslocados, os principais foram o Líbano e a Transjordânia. Ao se transferirem para as terras libanesas, os árabes ensejaram o surgimento de um dos enfrentamentos mais significativos da história contemporânea, abarcando questões religiosas, que iriam estimular o aparecimento do Hezbollah.

A ONU havia estabelecido uma data para o fim do mandato do Reino Unido na Palestina, antes da antecipação britânica. A partir disto, os judeus organizaram-se para estabelecer um governo interino, no início do mês de abril de 1948, no intuito de realizar a transição para um governo permanente. Nesse mesmo mês, no dia 14, David Ben Gurion, então



líder do movimento sionista, durante uma sessão do Conselho Nacional Judaico<sup>12</sup>, em Telavive, leu a declaração de independência do Estado de Israel, que foi reconhecida de imediato pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) e pelos EUA (SAND, 2014).

Diante dos fatos narrados, é possível perceber que os interesses do Império Britânico oscilaram conforme a conveniência do momento, ora em favor dos judeus, ora em favor dos árabes. Mas, ao apoiar a causa sionista de forma definitiva, o Reino Unido desconsiderou uma possível reação árabe, que já era expressa por intermédio de ações violentas.

Em dado momento, quando não havia mais conveniência, a potência britânica transferiu o problema para a ONU, que optou pela divisão da Palestina. Em paralelo, os judeus já se organizavam para um possível conflito armado contra os árabes, posto que milícias, como a Haganá<sup>13</sup> e a Irgun<sup>14</sup>, estavam sendo financiadas com recursos financeiros provenientes dos judeus espalhados no exterior e treinadas, principalmente, pelos EUA. A inexperiência da ONU neste tipo de administração, aliada ao apoio vindo do exterior aos judeus, semeou o cenário perfeito para a deflagração dos conflitos que ainda hoje resistem naquela região.

### **3.2 A História do Líbano e o nascimento do Hezbollah**

Nesta seção descreve-se um pequeno histórico do Líbano, que vai desde a sua independência até as bases que forjaram o surgimento do Hezbollah. Desse modo, para refazer de maneira breve esse panorama histórico, abordando os principais fatos que repercutiram na estrutura atual do Líbano, é preciso salientar que a construção do Estado libanês, nos moldes do que é conhecido atualmente, é algo bastante recente.

---

<sup>12</sup> Criado para examinar as necessidades políticas da comunidade judaica na Palestina. Disponível em: <<https://israeled.org/declaracao-de-independencia-de-israel-14-de-maio-de-1948/>>. Acesso em 25 mai. de 2019.

<sup>13</sup> Rotulada como a organização mais significativa na luta armada dos judeus e base das poderosas Forças de Defesa de Israel (FDI), contando com a participação de até 45 mil militantes (VISACRO, 2018).

<sup>14</sup> Grupo de extrema direita que atuava principalmente contra alvos britânicos. Possuía entre três e cinco mil militantes (VISACRO, 2018).

Em 1943, após tornar-se independente da França, o Líbano necessitou definir os rumos políticos que tomaria, diante de uma gama de segmentos étnico-religiosos interessados em assumir o poder, em relação as decisões políticas desse novo Estado.

O cenário à época era de uma sociedade libanesa composta por cristãos, divididos em maronitas, protestantes e gregos-ortodoxos; por um segmento mulçumano englobando sunitas, xiitas e drusos; por armênios que praticavam o cristianismo ou o islamismo; e por refugiados palestinos, cuja minoria possuía cidadania libanesa (VISACRO, 2018). Estes últimos, desde 1948, conforme exposto na seção anterior, adotaram o Líbano como local de refúgio após a chegada de um maior número de judeus na Palestina. Porém, suas condições no Líbano não eram as melhores, pois eles viviam marginalizados em campos de refugiados, sem o apoio estatal, beirando a miséria.

Os campos de refugiados no Líbano passaram a ser controlados pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP), dominada pelo grupo Fatah<sup>15</sup> de Yasser Arafat, logo após a Guerra dos Seis Dias<sup>16</sup> (1967) e do episódio conhecido por “Setembro Negro”<sup>17</sup>, em 1970, ocorrido na Jordânia. Após este último acontecimento, grupos armados palestinos fixaram-se no sul do Líbano, no intuito de operar ataques contra Israel (SCALERCIO, 2003). A contar daquele momento, os israelenses constataram que a fronteira com o Líbano, no norte, demandaria uma maior atenção (ANEXO C).

O Líbano é o país com a maior diversidade religiosa no Oriente Médio. Com base no Censo Populacional de 1932<sup>18</sup>, que apresentava uma ligeira maioria de cristãos maronitas, seguidos pelos mulçumanos sunitas e em terceiro lugar os mulçumanos xiitas, foi firmado o

---

<sup>15</sup> Organização militante nacionalista cuja expressão significa “A Conquista”, além de representar um acrônimo invertido para “Movimento pela Libertação da Palestina” (VISACRO, 2018).

<sup>16</sup> Conflito armado que envolveu Israel, Síria, Egito, Jordânia e Iraque (MAGNOLI, 2015).

<sup>17</sup> O Rei Hussein lançou seu exército contra os acampamentos palestinos na Jordânia, matando milhares de pessoas, inclusive civis. Após o episódio, as organizações militantes palestinas foram banidas da Jordânia e concentraram-se no Líbano (VISACRO, 2018).

<sup>18</sup> Anexo A – FIG. 1 - Censo Populacional do Líbano em 1932.

Pacto Nacional. Os dois primeiros segmentos da sociedade decidiram ajustar o chamado Pacto Nacional *Mithaq al-Watani*, um acordo não escrito que implementou o sistema confessional, baseado na proporção numérica das religiões para a divisão de poder.

Diante desse acordo, os maronitas receberam o cargo de presidente do país; os sunitas assumiram o cargo de primeiro ministro; e os xiitas ficaram com a liderança do parlamento libanês. O segmento xiita apresentava, em sua população, condições sociais piores do que dos outros grupos étnico-religiosos, o que, como é visto adiante, constituiu um fator importante na criação e crescimento inicial do Hezbollah (ARMSTRONG, 2001).

Apesar das condições socioeconômicas mais benéficas dos outros segmentos étnico-religiosos, estes também não estavam contentes com as condições do Pacto Nacional. Assim como a comunidade xiita, os sunitas também cobiçavam uma maior participação dos muçulmanos nas estruturas do governo libanês.

Outro grupo de cristãos, os gregos-ortodoxos, e os muçulmanos drusos, também não eram simpatizantes dos maronitas, possibilitando a formação de uma oposição aos maronitas, que, por sua vez, desejavam manter a divisão política vigente à época. Enquanto isso, os palestinos possuíam certo grau de organização no Líbano, procurando viabilizar, segundo os maronitas, a instituição de um Estado independente, a partir do território libanês, apoiados pela OLP. Já na década de 1950, o governo possuía grande dificuldade para ser reconhecido como legítimo pela população muçulmana, já majoritária naquele momento (ARMSTRONG, 2001).

Apesar dos protestos, os maronitas não autorizavam a elaboração de outro censo, o qual ratificaria essa mudança do perfil social da população libanesa e abriria a possibilidade para que os muçulmanos ampliassem sua participação política (ARMSTRONG, 2001).

A insatisfação dos diversos segmentos da sociedade, aliada a um ataque de um grupo paramilitar libanês, de origem maronita, contra um ônibus transportando palestinos,

propiciaram as condições necessárias ao início da Guerra Civil Libanesa (1975-1990) (DAHER, 2016). Os maronitas organizaram a Frente Libanesa, de direita, abrangendo as milícias maronitas. Em oposição, o Movimento Nacional Libanês (MNL), liderado pelo druso Kamal Jumblatt (1917-1977), integrante do Partido Socialista Progressista (PSP), uniu os paramilitares sunitas, os palestinos da Frente Popular pela Libertação da Palestina - Comando Geral (FPLP-CG) e grupos de esquerda libaneses. A OLP não participou do início do conflito, mas os ataques maronitas aos campos de refugiados palestinos, controlados por aquela organização, forçaram a sua entrada na guerra (DAHER, 2016).

No decorrer da guerra, quando a vitória dos aliados à Jumblatt parecia inevitável, a Síria, cujo presidente era Hafez Assad (1930-2000), decidiu apoiar militarmente a Frente Libanesa, pois havia o temor de que a OLP conseguisse assumir o poder no Líbano, o que seria contra os interesses sírios de formar a Grande Síria (região que incluía a Síria, Líbano, Palestina e Transjordânia) (GATTAZ, 2002).

Porém, restava mais um objetivo, a erradicação da OLP, que somente seria possível com o apoio israelense. Com este pretexto, alguns líderes maronitas foram a Israel propor a extinção daquela organização. Tal proposta foi ouvida com interesse por Israel que, à época, tinha como primeiro ministro Yitzhak Rabin. Aniquilar a OLP, obrigando os palestinos a se mudarem para a Jordânia, era a grande meta de Israel, ainda mais sem precisar derramar o sangue de soldados israelenses. Assim sendo, Israel ficaria livre dos bombardeios palestinos no norte de seu território, além de estabelecer laços com outro Estado árabe, o Líbano (o Egito havia sido o primeiro e único até então), reduzindo o número de opositores do “mundo árabe” (SCALERCIO, 2003).

Diante do apoio de Israel aos maronitas, por meio do provimento de armamento, munição e assessoria militar, o conflito equilibrou-se. Os apoios sírio e israelense foram suficientes para a continuidade dos maronitas no poder.

Em 1978, ao sofrer ataques em sua fronteira norte, Israel programou uma grande represália, conhecida como Operação Litani, cuja meta principal era enfraquecer as bases da OLP, localizadas no sul do Líbano. Tal atitude foi condenada pela comunidade internacional, forçando a ONU a baixar a Resolução nº 425, que exigia a retirada imediata de Israel das terras libanesas. Em cumprimento à citada resolução, foi criada uma força de paz para auxiliar na pacificação no Líbano, a *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL). A UNIFIL cumpriu parcialmente sua função ao auxiliar na saída da OLP do Líbano, porém perdeu legitimidade ao ficar do lado dos cristãos em alguns episódios da guerra civil em curso.

Na década de 1980, o contexto na área se caracterizava pelo enrijecimento da luta entre israelenses e palestinos. Faltava a Israel um motivo para iniciar uma operação contra o Líbano, o que se concretizou em junho de 1982, após um atentado ocorrido em Londres, arquitetado por uma facção palestina contra o embaixador israelense Shlomo Argov.

Diante do ocorrido, Ariel Sharon, Ministro da Defesa de Israel à época, autorizou o início da Operação Paz para a Galiléia, que se desenrolou por diversos meses. A campanha alcançou a capital libanesa, Beirute, o que estava muito além do inicialmente planejado: uma ação breve que adentraria uma faixa de 40 quilômetros a partir da fronteira entre os dois Estados. A causa dessa mudança no planejamento residia na noção de que a aniquilação da OLP somente seria completa após a expulsão dos seus combatentes e da queda de sua base em Beirute (ARMSTRONG, 2001).

Após a invasão israelense em Beirute, a OLP optou por negociar a sua rendição, retirando seus combatentes do Líbano, com a condição de que uma força multinacional salvaguardasse as vidas das famílias palestinas que lá habitavam. Após a negociação do acordo, tropas dos EUA, da França, da Itália e do Reino Unido chegaram à Beirute, no intuito de prover a requerida proteção.

Nesse contexto da guerra civil, surgiu o Hezbollah ou *Hizb Allah*, cujo significado é “O Partido de Deus”, uma organização muçulmana xiita libanesa de caráter fundamentalista<sup>19</sup>. O grupo foi formado com o apoio da Síria, governada pela família Al Assad, que vem da seita *Alawi* do islamismo xiita e do Irã, o único Estado islâmico xiita do mundo. O Hezbollah foi formado como uma resposta à invasão do sul do Líbano em 1982 por Israel, mas também devido à marginalização dos xiitas no Líbano, que viviam em sua maioria no sul do país, fronteira com Israel. O menosprezo do governo libanês ajudou a fomentar uma mobilização social.

Assim, o Hezbollah iniciou suas atividades em 1982, embora tenha anunciado oficialmente sua criação em 1985, quando divulgou um manifesto dirigido aos “oprimidos” no Líbano e no mundo. Nota-se que o grupo possui dois pilares fundamentais: a extinção do Estado de Israel e o estabelecimento de uma teocracia libanesa tendo como referência o Irã (VISACRO, 2018). Não se trata, simplesmente, da crença de que Maomé foi o profeta final e que o Alcorão é o livro de Deus, mas também da crença no Islã como um modo de vida e um sistema de governo divinamente ordenado. Como pode ser visto no trecho abaixo, ficam claras as intenções e influências do grupo:

Quem somos nós, o Hezbollah, e qual a nossa identidade? Somos os filhos da *umma* (comunidade muçulmana), o grupo de Deus (Hezbollah) cuja vanguarda foi vitoriosa por Deus no Irã. Lá, a vanguarda conseguiu estabelecer as bases de um Estado muçulmano que desempenha um papel central no mundo. Obedecemos às ordens de um líder, sábio e justo, nosso tutor e *faqih* (jurista) que preenche todas as condições necessárias: Ruhollah Musawi Khomeini. Deus salve ele! Diante do exposto, não constituímos um partido organizado e fechado no Líbano, nem somos um quadro político rígido. Somos uma *umma* ligada aos muçulmanos do mundo inteiro pela sólida conexão doutrinal e religiosa do Islã [...]. Quanto à nossa cultura, ela é baseada no sagrado Alcorão, na Sunna e nas decisões legais do *faqih* que é nossa fonte de imitação. Ninguém pode imaginar a importância do nosso potencial militar, pois o nosso aparato militar não está separado do povo. Cada um de nós é um soldado combatente. E quando se torna necessário realizar a Guerra Santa, cada um de nós assume sua tarefa na luta de acordo com as determinações da lei, e de acordo com a missão executada sob a tutela do *faqih*. Nós vemos em Israel a vanguarda dos Estados Unidos da América em nosso mundo islâmico. É o odiado inimigo que deve ser combatido até que tenham o que merecem. Este inimigo é o maior perigo para as nossas futuras gerações e para o destino de nossas terras, particularmente porque glorifica as idéias de colonização e expansão, iniciadas na Palestina, e anseia pela

---

<sup>19</sup> Ideologia política adversa à modernidade, ao secularismo e à ocidentalização, cujo objetivo é persuadir o indivíduo para que se torne um muçulmano religioso e obediente aos dogmas dos livros sagrados (DEMANT, 2004).

extensão do Grande Israel, do Eufrates ao Nilo. (JABER, 1997, p. 54-55, tradução nossa)<sup>20</sup>.

A organização passou a lutar pela retomada da soberania do Líbano, cujo principal empecilho era a presença israelense. No sul do país, onde havia o domínio da OLP, o Hezbollah montou sua infraestrutura e campos de treinamento. Em pouco tempo se transformou no principal grupo armado em ação no território libanês.

O Hezbollah obteve uma rápida ascensão no Líbano devido ao apoio proporcionado por seus patrocinadores, Síria e Irã, sendo que este tinha um papel especial, pois também era seu guia intelectual e ideológico. Já a Síria, que temia as possíveis influências de Israel sobre o Líbano, teve, no Partido de Deus, a ferramenta ideal para pressionar o governo de Telavive. Dessa maneira, tanto Teerã quanto Damasco entenderam que o Hezbollah seria o portador perfeito de suas políticas e ideologias no Líbano (DEMANT, 2004).

Após o fim da Guerra Civil no Líbano, os maronitas aceitaram aumentar a participação dos muçulmanos no congresso e o Hezbollah se tornou um partido político. O Hezbollah tinha o respaldo da comunidade xiita, já maioria no Líbano, e concordou em entrar na política, mas não se desmembrou ou se desarmou como as outras milícias que entraram na política libanesa. Isso lhes deu uma grande vantagem no decorrer do processo político. Na primeira eleição, o grupo elegeu oito congressistas (JABER, 1997).

---

<sup>20</sup> No original: Who are we, the Hizballah, and what is our identity? We are the sons of the umma (Muslim community) - the party of God (Hizb Allah), the vanguard of which was made victorious by God in Iran. There the vanguard succeeded to lay down the bases of a Muslim state which plays a central role in the world. We obey the orders of one leader, wise and just, that of our tutor and faqih (jurist) who fulfills all the necessary conditions: Ruhollah Musawi Khomeini. God save him! By virtue of the above, we do not constitute an organized and closed party in Lebanon, nor are we a tight political cadre. We are an umma linked to the Muslims of the whole world by the solid doctrinal and religious connection of Islam [...]. As for our culture, it is based on the Holy Koran, the Sunna and the legal rulings of the faqih who is our source of imitation. No one can imagine the importance of our military potential as our military apparatus is not separate from our overall social fabric. Each of us is a fighting soldier. And when it becomes necessary to carry out the Holy War, each of us takes up his assignment in the fight in accordance with the injunctions of the Law, and that in the framework of the mission carried out under the tutelage of the Commanding Jurist. We see in Israel the vanguard of the United States in our Islamic world. It is the hated enemy that must be fought until the hated ones get what they deserve. This enemy is the greatest danger to our future generations and to the destiny of our lands, particularly as it glorifies the ideas of settlement and expansion, initiated in Palestine, and yearning outward to the extension of the Great Israel, from the Euphrates to the Nile.

Em maio de 2000, Israel deixou definitivamente o Líbano, após a milícia que dava suporte ao seu exército israelense ter perdido posições para o Hezbollah. Apesar de ter provocado o recuo das tropas israelenses, o que não deixava de ser uma grande vitória, pois era a primeira vez que um grupo ou Estado muçulmano conseguia obter algum ganho num conflito contra os sionistas, sem qualquer tipo de negociação, o Hezbollah não depôs suas armas. Desse modo, os objetivos do grupo passaram a ser questionados com maior veemência por parcela da comunidade internacional (VISACRO, 2018).

Segundo Natasha Lander (2010)<sup>21</sup>, três aspectos principais ajudaram o Hezbollah a continuar existindo e dificultam a contrainsurgência contra aquele grupo. Ela afirma que, em primeiro lugar, e acima de tudo, o Hezbollah foi bem sucedido devido ao apoio do Irã e da Síria. Em segundo lugar, devido aos amplos programas políticos e sociais do grupo, apoiados pelos xiitas, dentro do Líbano e espalhados pelo mundo, o Hezbollah se fortaleceu. Diante da presença de um apoio desta monta, a eliminação do grupo por intermédio dos contrainsurgentes se torna difícil. Por último, ao fornecer serviços públicos no Líbano, o Hezbollah se engendrou com a população local, dificultando sua remoção pelos contrainsurgentes.

Devido à longa guerra civil, o governo libanês teve dificuldades em fornecer os serviços de bem-estar necessários. Esse fato criou um vácuo, que os xiitas do Hezbollah logo aproveitaram e preencheram. Esses aspectos ilustram os obstáculos militares e operacionais que Israel teria que superar para começar a combater com sucesso o Hezbollah.

No que diz respeito aos aspectos financeiros, o grupo insurgente possui três fontes principais de receita para a organização: assistência militar da Síria e do Irã; impostos sobre negócios em áreas dominadas pelo Hezbollah; e as receitas geradas pelas populações espalhadas

---

<sup>21</sup> Natasha Lander é analista sênior de política na RAND Corporation, onde lidera e conduz pesquisas sobre uma série de questões, incluindo políticas químicas, biológicas e nucleares, contraterrorismo, segurança europeia e política de força de trabalho militar e civil. De 2013 a 2015, Lander atuou como assessora do Subsecretário Adjunto de Defesa para Combate a Armas de Destruição em Massa no Gabinete do Subsecretário de Defesa para Políticas dos EUA.



pelo mundo após a última diáspora. Essas fontes de renda são utilizadas para financiar as várias partes dos aparatos militar e administrativo do Hezbollah (RUDNER, 2010). Relatórios de inteligência de países ocidentais relatam que, a partir de 2004, o Hezbollah necessitava entre US\$ 200 e US\$ 500 milhões para operar, sendo que apenas US\$ 100 milhões viriam do Irã (ANTI-DEFAMATION LEAGUE, 2004). Isso pressupõe que o Hezbollah arrecada, por conta própria, no mínimo, US\$ 100 milhões por ano, uma quantia substancial para um ator não estatal adquirir.

Outra discussão complexa consiste na definição do *status* do Hezbollah. Por um lado, o Hezbollah não é um Estado; portanto, por definição, é um ator não estatal. Por outro lado, o Hezbollah é um partido político oficial que faz parte do governo libanês. Se o Hezbollah é considerado um ator não estatal, mas atua politicamente e tem representação no parlamento libanês, o grupo está no limbo do direito internacional. Assim, a rotulagem do Hezbollah como um ator do Estado ou um ator não estatal afeta como as leis da Convenção de Genebra se aplicariam àquele grupo. Dependendo de como o Hezbollah é oficialmente visto, altera o seu *jus in bello*<sup>22</sup>.

Em virtude do Hezbollah não ser rotulado como ator estatal, tal fato proporcionou uma considerável margem de manobra em suas operações na Guerra de 2006, não impondo certos limites às suas ações. Como um ator não estatal, o Hezbollah “escapava” das leis e punições reservadas aos Estados que realizam ações agressivas. No entanto, mesmo considerado um ator não estatal, o grupo tomou parte em dois episódios em que houve negociações de cessar-fogo entre o Líbano e Israel, nas Operações *Accountability* (1993) e *Grapes of Wrath* (1996).

---

<sup>22</sup> O Direito Humanitário Internacional – *jus in bello* – determina como as guerras podem ser combatidas. Diferencia-se das normas que determinam quando as guerras podem ser empreendidas: o *jus ad bellum* da Carta da ONU (BYERS, 2007).

No intuito de alterar a percepção e buscar o suporte de outros Estados para ajudar o Hezbollah a atingir suas metas, o grupo utilizou ações visando provocar reações desproporcionais no campo militar, por parte de Israel, prejudicando sua reputação na comunidade internacional. Como exemplo, cita-se a Operação *Grapes of Wrath* (1996), na qual os israelenses atacaram a base do destacamento Fijiano da UNIFIL em Qana, ocasionando a morte de mais de 100 refugiados civis. Israel alegou que não tinha conhecimento de que se tratava de um complexo da UNIFIL e que os combatentes do Hezbollah lançaram foguetes de um cemitério nas proximidades e fugiram. As consequências da pressão internacional foram mitigadas porque Israel tinha o amparo de um Estado poderoso, os EUA, mas a pressão real veio de dentro do próprio território, da população civil israelense (BLANFORD, 2011).

A pressão internacional sobre o Hezbollah não é uníssona e suficiente, se é que ela existe, pois, para pressionar o Hezbollah, os EUA e Israel teriam que pressionar o Irã, a Síria e o Líbano. O Hezbollah é rotulado como uma organização terrorista apenas pelos EUA, Israel, Bahrein, Egito, Canadá e Holanda. Outros países como Reino Unido e Austrália rotulam como terrorista apenas a ala militar (a Resistência Islâmica e o Aparato de Segurança Externa). A maioria do mundo árabe considera o Hezbollah uma legítima organização de resistência contra Israel. Assim, o Hezbollah se beneficiou da situação política internacional, evitando a aplicação de punições ou proibições de suas ações, muitas das vezes com aspecto de terrorismo. Diante disso, as únicas ações permitidas contra o Hezbollah são as que atingem as atividades descaradamente criminosas.

Outro aspecto relacionado às atividades do Hezbollah são as chamadas Operações de Informação, verdadeiramente dedicadas a conquistar “corações e mentes”, que são essenciais para a continuidade das insurgências. O grupo parece ter dois objetivos nesta área: conduzir uma guerra psicológica contra o Estado de Israel, as FDI (Forças de Defesa de Israel) e o povo de Israel; e, promover e sustentar uma cultura de resistência no Líbano. Na ideologia do

Hezbollah, “resistência” é a luta dos “oprimidos” ou “ocupados” contra o “opressor” ou “ocupante” (SCHLEIFER, 2006).

O Hezbollah usou com perícia a guerra de informação contra os israelenses. O grupo foi habilmente capaz de controlar consistentemente a mensagem e o rumo de quase todas as ações tomadas contra Israel. Nesse controle da “propaganda” contra Israel, eles puderam fornecer informações à população e desacreditar as informações oficiais divulgadas pelas FDI e pelo governo israelense. Segundo palavras de Hassan Nasrallah (Secretário-Geral do Hezbollah):

É muito bobo e irônico que alguém pense que, porque a nossa luta é baseada na religião e na ideologia, atacaremos um tanque israelense com uma espada e um escudo. Temos que usar os meios mais avançados, seja na guerra ou na paz. E é bem conhecido que a arma mais avançada é a guerra psicológica. Usamos a mídia como parte dessa guerra. Nós usamos fotos reais; nós não encenamos as campanhas ou as vitórias. Mostramos cenas de israelenses chorando e gritando como crianças. Cenas de nossos combatentes encarando o inimigo mais forte, cenas de operações de martírio, mostramos o último testemunho do irmão pronto para deixar este mundo. Nós filmamos todas essas realidades e as oferecemos para a nação (entrevista no programa “The Living Martyr: Inside the Hezbollah”, 2000, s.p., tradução nossa)<sup>23</sup>.

O Hezbollah estabeleceu uma Unidade de Informações de Guerra. O papel dela era ser responsável por travar uma guerra de informações em oposição a Israel e por registrar os testemunhos de todos os combatentes e futuros mártires antes de partirem para o campo de batalha. As gravações eram enviadas para Beirute, editadas e, em seguida, transmitidas na televisão do Hezbollah, a *Al-Manar*. Além disso, o grupo possuía seus próprios repórteres envolvidos nas operações, o que utilizava em seu benefício sem que Israel pudesse negar ou desacreditar os vídeos.

Além da distribuição de imagens de combate, o Hezbollah transmitiu em 2000 a campanha "Quem é o próximo?". Esta campanha foi diretamente destinada a minar o moral

---

<sup>23</sup> No original: It is very silly and ironic for anyone to think that because our fight is based on religion and ideology that we will attack an Israeli tank with a sword and a shield. We have to use the most advanced means, whether in war or in peace and it is well known that the most advanced weapon is psychological warfare and we use the media as part of this warfare. We use real pictures; we don't act out the campaign or the victories. We show you scenes of Israelis weeping and screaming like children. Scenes of our fighters taking the most difficult of the enemy's military bases, scenes of martyrdom operations, we show you the last testimonial of the brother ready to leave this world. We film all these realities and offer them to the nation.

militar e o moral das famílias dos membros das FDI. A campanha mostrava fotos das últimas baixas israelenses, e depois em hebraico, apresentava uma imagem de uma silhueta perguntando "Quem é o próximo?" (SCHLEIFER, 2006).

A mensagem do Hezbollah e sua máquina de propaganda tem sua melhor representação na estação de televisão *Al-Manar*, que é crucial para a manutenção da campanha de relações públicas do Hezbollah, tanto internamente quanto internacionalmente. Essa propaganda não apenas impulsionou o apelo do Hezbollah para as populações locais e internacionais, mas ajudou a divulgar a mensagem dos ditos “males” de Israel e dos EUA. Após a retirada de 2000, foram distribuídos adesivos para carros dizendo: “Sem *Al-Manar*, a vitória teria sido ilusória” (FADIL, 2004).

A utilização de propaganda do Hezbollah contra Israel foi crucial para o sucesso do grupo. Ao controlar a esfera da informação e como essa informação era exibida, o Hezbollah foi capaz de usá-las para desmoralizar as FDI e Israel enquanto fortalecia a população árabe. Assim, compreende-se como a informação é vital para as ações do grupo e para movimentos de insurgência.

Por meio da disseminação de informações, o Hezbollah conseguiu manter um grande grupo de potenciais recrutas. Esses recrutas não eram mais somente xiitas, mas sim de diversos segmentos étnico-religiosos do Líbano.

Na vertente política, em 1991, o Hezbollah lançou uma grande campanha interna. O objetivo dessa campanha era apresentar um Hezbollah que, em vez de ser um grupo fanático, inflexível e militante, que visava o estabelecimento de um Estado islâmico no Líbano, seria mais um participante para unificação do Líbano após o Acordo de Ta'if<sup>24</sup>. Este processo seria

---

<sup>24</sup> O Acordo de Ta'if, anteriormente intitulado “A Carta Ta'if de Reconciliação Nacional”, terminou oficialmente a Guerra Civil Libanesa em 1989. No entanto, as hostilidades não cessaram até 1990. Como parte do Acordo de Ta'if, todas as milícias deveriam entregar suas armas para o exército libanês e destruir seus campos de treinamento. O Hezbollah não era obrigado a abandonar suas armas e seria oficialmente sancionado pelo governo libanês como uma força de resistência contra os israelenses (ALAGHA, 2006).

conhecido como *Infitah*, "abertura" em árabe, ou mais comumente conhecido como Libanização. O objetivo era criar diálogo entre os diferentes grupos confessionais no intuito de livrar o Líbano de seus problemas políticos e sociais, fomentar a unidade nacional e construir um Líbano mais unido em bases comuns para o respeito aos valores humanos. Durante esse período, o Hezbollah ganhou capital político por meio da prestação de serviços sociais. Outro aspecto importante foi a declaração do Hezbollah de lutar pela abolição do sistema confessional (ALAGHA, 2011).

Como um passo importante para implementar a Libanização, o Hezbollah fez as pazes com as seitas cristãs no Líbano. O evento mais significativo foi o encontro do Hezbollah com o Patriarca Maronita. Além disso, o Hezbollah conseguiu assegurar o apoio militar de outros segmentos étnico-religiosos do Líbano. Em novembro de 1997, foram criadas unidades especiais de combate abertas a todos os libaneses, independentemente de sua afiliação religiosa.

O Vice-Secretário-Geral do Hezbollah, Naim Qassem, explicou que o partido deu um passo extraordinário na acomodação daqueles jovens que aspiravam resistir à ocupação, mas que não acreditavam firmemente na formação ideológica e cultural do partido, apesar de acreditarem nas qualificações do Hezbollah para liderar a atividade de resistência. Uma mudança ainda maior foi a de que as famílias dos combatentes seriam amparadas caso eles fossem mortos – uma casa, educação, atendimento médico e um salário de US\$ 350 ou mais, que eram os mesmos benefícios recebidos pelos membros xiitas da resistência (ALAGHA, 2011).

Ao redefinir-se como um movimento nacional, não apenas um movimento xiita, e focando no uso de informações para construir laços com os outros grupos confessionais em todo o Líbano, o Hezbollah mudou radicalmente sua percepção pública, o que não apenas ajudou a reduzir a oposição ao grupo, mas também o auxiliou a ter apoio público em geral e um grande potencial de recrutamento.

Outra vertente do Hezbollah, que servia como uma maneira ativa de espalhar os benefícios e a causa do grupo, angariando simpatia, era o fornecimento de serviços sociais para a população do sul do Líbano. Os principais serviços fornecidos eram esgoto, água, eletricidade e coleta de lixo. Além desses, o grupo provia treinamento vocacional, trabalhava para a criação de centros de saúde e enfermarias, construção e restauração de instituições educacionais, clubes culturais, mesquitas e lares para famílias carentes ou parentes de mártires (combatentes mortos em ação). À medida que a organização crescia, fornecia hospitais, escolas, bolsas de estudo, construção e apoio financeiro para as famílias dos combatentes mortos (QASSEM, 2010).

Ao fornecer esses serviços, que o Estado não conseguia prover, o Hezbollah se amalgamou com a população. Portanto, o Hezbollah não apenas representa uma luta armada pela segurança física do Líbano, mas também representa um provedor de bem-estar para a população carente.

Existem três unidades principais e múltiplas subunidades na organização de serviços do Hezbollah. As principais unidades são: Unidade Social, Unidade de Saúde Islâmica e Unidade de Educação. Citando alguns exemplos, a Unidade Social fornece serviços de construção e acesso a serviços públicos a populações localizadas no sul do Líbano, no Vale do Bekaa e no sul de Beirute. Por exemplo, após a Operação *Grapes of Wrath*, o Hezbollah conseguiu, em dois meses, reconstruir cinco mil residências em 82 aldeias, consertou estradas e pagou indenização a 2300 agricultores (HAMZEH, 2004).

A Unidade de Saúde Islâmica fornece vários serviços de saúde. Esses serviços incluem hospitais, cirurgias, cirurgias móveis, clínicas odontológicas e centros de defesa civil. A partir do ano 2000, mais de 400 mil atendimentos foram realizados. A Unidade de Educação oferece bolsas de estudo e ajuda financeira aos estudantes. De 1996 a 2001, o Hezbollah gastou mais de US\$ 14 milhões com esses pacotes de auxílio financeiro e bolsas. Entre 2000 e 2001,

mais de \$ 3.5 milhões foram gastos e 23 mil estudantes foram enviados para a escola como resultado desse apoio (HAMZEH, 2004).

Além de bolsas de estudo e auxílio financeiro, a Unidade Educacional também administra várias escolas, incluindo escolas primárias e secundárias, a um custo mais baixo do que outras escolas privadas, bem como universidades técnicas e institutos religiosos. Como resultado da Unidade Social, o Hezbollah abastece necessidades vitais, o que se traduz em lealdade ao Hezbollah. Essa lealdade vem em múltiplas formas, incluindo recrutas para a resistência islâmica, lealdade política (mais poder dentro do governo libanês) ou apoio financeiro (HAMZEH, 2004).

A provisão de serviços sociais pelo Hezbollah é um aspecto importante na disseminação de informações do Hezbollah. Ao fornecer tanto aos xiitas como a qualquer segmento étnico-religioso uma variedade de serviços, o Hezbollah substituiu o Estado como principal provedor de serviços, tornando-se o destinatário da lealdade da população.

Enquanto o Hezbollah é um partido político oficial, com cadeiras no Parlamento Libanês, além de provedor de serviços sociais, o grupo continua mantendo uma ala militar, a Resistência Islâmica. Esta resistência é responsável por todas as ações militares do Hezbollah – ataques, bombardeios e ataques de foguetes. Como um modo de guerra, a guerra irregular contém um pesado elemento militar.

Os armamentos militares do Hezbollah são uma mistura de armamento de guerrilha clássica e armas convencionais mais avançadas. Devido ao apoio da Síria e do Irã, o Hezbollah tem acesso a explosivos, materiais para fabricação de bombas e de artilharia baseada em foguetes e morteiros. Existem fortes evidências de que o uso de explosivos e artilharia pelo Hezbollah desempenham um papel importante em sua luta contra Israel, mas não infringindo fisicamente baixas as FDI e sim pela ameaça que representam. Os prejuízos causados pelos armamentos do Hezbollah não são o aspecto preponderante da sua estratégia militar, pois o

maior efeito destes armamentos é a sua simples existência, ou seja, sua ameaça indireta. O efeito psicológico derivado de explosivos escondidos e o potencial que os foguetes possuem de alcançar as cidades israelenses tiveram um impacto maior do que a capacidade destrutiva das armas (KIFNER, 2006).

Vale destacar que as ações do Hezbollah contra Israel possuem dois objetivos: infligir danos físicos à força de ocupação, resultando na redução do moral nas FDI e, mais importante, na população israelense. Essas metas foram buscadas por meio da estratégia geral do Hezbollah, destinada a minar a sensação de segurança. Uma operação de resistência bem-sucedida é a que fere, ocasiona a morte ou expulsa os ocupantes do posto, e não necessariamente a que tenha como resultado a recuperação do posto que era alvo (QASSEM, 2010).

O Hezbollah mostrou-se um grupo organizado e provido de capacidades para se destacar no cenário político libanês, além de simbolizar uma ameaça militar ao Estado de Israel, por meio de ações de enfrentamento, informação e psicológicas. Depreende-se, portanto, que o Hezbollah se tornou uma organização híbrida, que atua em 3 segmentos sinérgicos e interconectados entre si: primeiro, o bem-estar social e a educação religiosa; segundo, a resistência militar; e terceiro, a esfera política. O amadurecimento do grupo deveu-se a diversos fatores, entre os quais destacam-se a ideologia e a base popular de apoio.

### **3.3 A Guerra de 2006**

Nesta seção são descritos os embates entre o Hezbollah e o Estado de Israel no ano de 2006, ocorridos nas cercanias das fronteiras entre os dois Estados<sup>25</sup>. A Segunda Guerra do Líbano, Guerra de Julho, ou simplesmente Guerra de 2006, teve o caráter de uma guerra irregular, pois estavam envolvidos no embate o Hezbollah, um ator não estatal, e Israel, um Estado.

---

<sup>25</sup> Ver Anexo B – FIG.2 – Área do conflito de 2006.



Nesse sentido, o governo libanês não era parte no conflito. O Líbano estava incapacitado de entrar na guerra com suas forças regulares, pois estivera ausente do campo de batalha por mais de três décadas, abdicando do seu dever de defender o território em favor do Hezbollah. O grupo insurgente tinha o Líbano como seu “hospedeiro” que, por sua vez, não suspeitava que uma guerra estava prestes a eclodir, até que os primeiros disparos fossem efetuados. Essa surpresa foi cuidadosamente fabricada pelo Hezbollah, desde a retirada total das FDI do território libanês, no ano de 2000, o que induziu a entrada de Israel em um conflito inesperado, sem que estivesse preparado para aquela situação específica (HANNA, 2008).

Em 12 de julho de 2006, combatentes do Hezbollah penetraram no território israelense e promoveram um ataque a uma patrulha das FDI. O ataque resultou, ao final, na morte de oito soldados das FDI. Bombardeiros F -15 israelenses responderam ao ataque e escalaram o conflito, que poderia ter sido apenas mais um incidente na fronteira, e, em outras circunstâncias, poderia ter até passado despercebido, mas acabou se transformando em uma intensa campanha militar que durou 34 dias. A partir daquele momento o governo de Israel aplicou também um bloqueio naval<sup>26</sup> sobre o Líbano, atacou as bases do Hezbollah sediadas no sul do Líbano, próximas à divisa entre os dois Estados e no bairro de Dahiye<sup>27</sup>, em Beirute, chegando ao aeroporto internacional daquela cidade com a execução de um bombardeio aéreo. Em seguida, soldados das FDI infiltraram o território libanês a partir da sua fronteira sul (ISRAEL, 2009).

Os ataques causaram grande destruição da infraestrutura do Líbano e a morte de um número expressivo de civis libaneses. Trata-se, como os demais conflitos na região, de um fenômeno ligado às questões centrais, às causas profundas das disputas entre israelenses e árabes, em especial, os palestinos (SCHERER, 2017).

---

<sup>26</sup> Ação ou efeito de impedir a entrada ou saída de navios de um porto, base ou área confinada pela ameaça de atacá-las com forças navais superiores (BRASIL, 2015).

<sup>27</sup> No bairro de Dahiye localiza-se sede do Hezbollah, onde se encontram seus quartéis-generais e seus conselheiros do alto escalão (DAHER, 2016).

A guerra se estendeu até o dia 14 de agosto de 2006. O Hezbollah lançou mais de quatro mil foguetes, destacando-se os tipo *katyusha*, da ex-URSS, que atingiram áreas densamente povoadas de Israel, resultando na morte de 44 civis e cerca de 600 feridos, além dos mais de 120 soldados israelenses mortos e outros 450 feridos (ISRAEL, 2009).

O Hezbollah empregou táticas adaptativas em zonas não governadas. Suas células distribuídas, altamente disciplinadas e bem treinadas, disputavam terreno contra uma força convencional moderna, e utilizaram uma mistura de táticas de guerrilha e tecnologia em centros urbanos densamente povoados. Ressalta-se que a capacidade militar do Hezbollah é mais sofisticada e vai além da simples resistência armada ou de grupos que tentam apenas sangrar um inimigo (HOFFMAN, 2007).

Do lado israelense, com um efetivo de dez mil soldados, foram realizadas aproximadamente 18.800 incursões aéreas, mais de 120 mil ataques de artilharia de terra e de bombardeios navais, ocasionando sérios danos à infraestrutura do inimigo, tendo como desfecho mais de 600 mortos do lado oposto. Os ataques aéreos e navais interditaram as principais rodovias libanesas e comprometeram a sua rede de telecomunicações, ocasionando um elevado número de vítimas civis, o que gerou reprovação da comunidade internacional (ISRAEL, 2009).

Em suas declarações à imprensa, o presidente dos EUA, George W. Bush (2001-2009), cobrava do governo sírio o uso de sua influência junto ao Hezbollah para colocar fim ao conflito, enquanto a força aérea israelense bombardeava pontes e estradas de acesso próximas a fronteira leste do Líbano com a Síria e outros alvos no território libanês (SCHERER, 2017).

Civis israelenses e libaneses que habitavam localidades próximas à fronteira dos dois Estados acabaram vítimas do fogo cruzado. O bombardeio israelense rompia a calma temporária em Beirute, com os aviões de guerra atacando alvos nos bairros do sul da capital.

Podia-se ver pela televisão as explosões que sacudiam o horizonte enquanto os aviões de guerra visavam prédios associados ao quartel-general do Hezbollah (SCHERER, 2017).

Após muita destruição e um mês de crescente tensão, em 12 de agosto de 2006, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU) aprovou a resolução nº 1.701, solicitando um cessar-fogo imediato e estabelecendo uma área de segurança: compreendida, ao sul, pela *Blue Line*<sup>28</sup> (limite estabelecido, no ano de 2000, para consumir a retirada total das tropas de Israel do Líbano) e, ao norte, pelo rio Litani. Naquele espaço, somente militares pertencentes à UNIFIL e ao governo libanês poderiam portar armamentos ou equipamentos militares (UNITED NATIONS, 2012).

Durante o conflito, Israel teve significantes problemas logísticos; sua convocação de reservistas foi caótica; seus objetivos militares não estavam conectados às metas políticas; sua inteligência sobre as áreas adjacentes à *Blue Line* não era adequada; e falhou taticamente no desenrolar das operações militares. Todos esses apontamentos corroboram a ideia de como àquela guerra era inesperada para Israel (HANNA, 2008).

Embora haja opiniões adversas, os objetivos políticos de Israel, referentes ao conflito de 2006, concentraram-se em restabelecer sua dissuasão na região ao afirmar que não admitiria ataques transfronteiriços contra seus soldados e cidadãos, e edificar uma nova realidade no Líbano, na qual o governo exerceria maior soberania sobre seu território, suprimindo o *status* do Hezbollah como um “Estado dentro do Estado”. Com isso, Israel desejava aumentar a vontade política por parte do governo libanês a fim de reprimir as atividades do Hezbollah (BRENNEN, 2009).

Ao final do conflito, a ideia que imperou foi a de que Israel não foi capaz de sobrepujar o Hezbollah, pois o seu sistema de comando e controle foi preservado, embora tenha sofrido sérios danos em sua infraestrutura de apoio (VISACRO, 2018). O outro aspecto a ser

---

<sup>28</sup> Ver Anexo C – FIG. 3 - Limites da *Blue Line* na Área de Operações da UNIFIL.

destacado é que a população israelense foi severamente atingida devido aos danos colaterais provocados pelos bombardeios executados pelo Hezbollah, o que gerou uma sensação de insegurança e de vulnerabilidade entre os cidadãos israelenses.

De fato, a resistência vence se não perde e o Estado perde se não vence (RECORD, 2006). Dado o tamanho e poder das forças israelenses, a Guerra de 2006 parece ter sido uma derrota do Estado judeu.

Diante do exposto, verifica-se que a evolução do Hezbollah de um pequeno grupo islâmico às margens da sociedade xiita para uma organização com alto grau de influência no Líbano é o resultado de seus relacionamentos dentro e fora do país. Tal crescimento levou àquele grupo a iniciar e travar um combate, dentro de suas limitações, com o forte Estado de Israel, sem que saísse ao final do conflito rotulado como derrotado.

#### **4 O CONFRONTO ENTRE O MODELO TEÓRICO E A REALIDADE DE INTERESSE**

No capítulo dois foram descritos os conceitos necessários ao melhor entendimento deste trabalho, destacando-se o modelo teórico de David Galula, com ênfase na variável “população”. No capítulo seguinte foram abordados a insurgência do grupo Hezbollah e aspectos relacionados ao nascimento do Estado de Israel, a fim de contextualizar os pilares que ensejaram a ocorrência da Guerra de 2006 entre esses oponentes.

A partir de agora, desenvolve-se a análise do caso concreto selecionado, confrontando-o com os aspectos da teoria de Galula apresentada, tendo como foco o apoio da população, de modo a concluir sobre a existência ou não de aderência. Diante do exposto, é analisada a evolução das ações do Hezbollah, desde a sua criação, buscando correlacioná-las com a aderência ou não às leis da contrainsurgência propostas por David Galula, ou seja, as que dizem respeito ao apoio da população como sendo o CG da campanha e os principais meios para o alcance deste apoio. Levando-se em conta que o CG é de vital importância para a conquista da vitória no conflito, tanto para o insurgente como para o contrainsurgente, obter esse apoio torna-se preponderante, evitando que o lado oposto alcance este objetivo.

A primeira lei estudada cita a importância do apoio da população, tanto para o insurgente como para o contrainsurgente, para se obter a vitória. A conquista deste apoio deve ser realizada por meio de uma relação de confiança com a população.

No caso escolhido, verificou-se que o Hezbollah atuou de várias formas para obter a confiança da população libanesa. No início do seu percurso, em 1982, o grupo era focado no auxílio a população muçulmana xiita e esta era seu principal suporte dentro do Líbano. A comunidade xiita, em sua maioria marginalizada econômica e politicamente, em comparação aos sunitas e cristãos, não hesitou em aderir ao proselitismo radical do grupo e em apoiar suas práticas violentas. A atuação do Hezbollah revigorou os xiitas por meio das suas lideranças

locais. No entanto, esse cenário evoluiu quando o grupo libanês decidiu agregar outros segmentos étnico-religiosos na busca de um objetivo maior, a tentativa de unificação do Líbano contra Israel, independente do credo.

Pode-se, portanto, afirmar que inicialmente não houve uma aderência total das intenções do Hezbollah no que diz respeito ao apoio de toda a população libanesa (dos diversos segmentos étnico-religiosos), pois seu foco era a população muçulmana xiita marginalizada.

O cenário se alterou a partir da entrada do grupo na política libanesa e da prestação de serviços sociais à toda a população carente de atenção, não alcançada pelo Estado, principalmente após a guerra civil, período no qual o Estado libanês passou por dificuldades para oferecer serviços tidos como essenciais à população. As campanhas políticas do Hezbollah se utilizaram da mídia, de operações de informação e de atos de paz com os segmentos cristãos da sociedade, e contribuíram para alterar o *status* do grupo perante os olhos de parte da população libanesa. O Hezbollah passou a ser mais “simpático” ou menos odiado, angariando, com isso, não apenas neutralidade de segmentos antes hostis, mas confiança, apoio e até possíveis recrutas não xiitas para seu exército de insurgentes. A chamada “Resistência à ocupação” de Israel estimulou um movimento nacionalista parcial, independente da vertente religiosa de cada segmento da sociedade.

Com o passar do tempo o Hezbollah não só ganhou mais simpatizantes ao movimento, mas também apoio financeiro, além de prestígio, principalmente entre os muçulmanos, devido às suas ações contra os israelenses. As armas do grupo passaram a servir a todos os segmentos étnico-religiosos existentes no Líbano – não mais apenas aos xiitas.

Ao abordar os aspectos relativos à segunda lei, Galula cita que a minoria ativa deve ser cooptada, seja nos campos militar, político, social, econômico ou psicológico, de modo a mobilizar a maioria da população neutra contra a minoria contrária. É fundamental que esta minoria ativa esteja realmente a favor da causa e entenda seus motivos.

No caso em tela, o Hezbollah contava, no início de suas atividades, com o apoio apenas dos muçulmanos xiitas, que não eram uma minoria em números, mas uma minoria em termos de privilégios e atenção do governo libanês. Existia uma grande resistência do resto da população libanesa quanto às ações do grupo naquele período, principalmente as que envolviam atos de violência. Mas ao passar para a vida política libanesa, reduzir a violência de seus atos e buscar o apoio dos outros segmentos étnico-religiosos, o grupo conseguiu, no mínimo, que o restante da população tivesse uma postura neutra, o que já foi uma grande vantagem para a evolução do Hezbollah. Ao enxergar os xiitas como uma minoria nos aspectos citados e observar o amadurecimento do grupo para a conquista ou neutralidade dos outros segmentos étnico-religiosos, pode-se afirmar que houve aderência a esta lei também.

Em relação à terceira lei, Galula expõe que é preciso algo a mais para um convencimento duradouro da população para apoio à causa. É necessário que a população acredite que a “guerra” possa ser vencida, mesmo que, no caso desta pesquisa, pertencendo ao polo mais fraco (o lado do insurgente, que teoricamente possui menor quantidade de meios e menor nível de organização). Ainda há a necessidade de que esta população acredite que esteja segura, protegida dos ataques do oponente.

Contribuindo para a credibilidade do aparato militar do grupo, destaca-se a atuação do Hezbollah na luta contra a permanência de Israel em território libanês, iniciada a partir de 1982. A retirada israelense deste território, em 2000, é avaliada como a primeira significativa vitória de uma força, seja ela convencional ou não, contra o Estado de Israel. Tal fato elevou consideravelmente o grau de confiabilidade da população libanesa no grupo, transmitindo a sensação de que poderia alcançar feitos ainda maiores contra o inimigo e vizinho bem mais poderoso.

Nesse contexto, cabe destacar a evolução quanto aos meios de combater os israelenses. O grupo passou a contar com armamento mais sofisticado, capaz de infligir não

somente danos físicos a Israel, mas, principalmente, impacto psicológico na população israelense e nas próprias FDI, gerando desconfiança e falta de credibilidade quanto à capacidade do oponente em defender seu território e seus compatriotas, o que reflete a aderência das ações do Hezbollah aos pressupostos de Galula.

Nesse quesito, destaca-se, ainda, um outro poderoso aparato que o grupo libanês possui, que é a televisão *Al-Manar*. Este veículo de comunicação operou de forma a mostrar gravações de seus combatentes antes dos confrontos e cenas de soldados israelenses chorando, o que demonstrava à população libanesa o poder de combate do grupo e capacidade de atingir profundamente Israel. Tal fato provia aos libaneses a sensação de segurança e, em contrapartida, a de insegurança ao lado israelense.

Finalmente, em sua quarta lei, Galula ensina a importância da intensidade e da magnitude dos esforços militares, que requerem uma grande e integrada concentração de meios. No caso da insurgência do Hezbollah, devido à pequena extensão do território libanês e ao foco da luta contra Israel, a concentração de seus meios e combatentes era nitidamente no sul do país, junto à fronteira com Israel, o que gera uma grande vantagem no que diz respeito à canalização de seus esforços logísticos para atingir Israel. Seu aparato militar está concentrado nas imediações da fronteira, sendo o local perfeito para desferir ataques que alcançam as cidades israelenses, levando a guerra às casas da população israelense.

Outro aspecto é que, devido a esta concentração de meios e ao diminuto território, o grupo estava perto de “sua gente”, os xiitas, localizados principalmente nesta região. Tal fato proveu todo o apoio necessário aos insurgentes e às suas ações.

Assim, realizado o confronto da teoria de Galula *versus* a realidade da insurgência do Hezbollah no Líbano, na luta contra Israel, depreende-se a tamanha relevância do papel da população libanesa como fator decisivo para o não sucesso das tropas israelenses na luta contra aquele grupo, incluindo a Guerra de 2006. No período desta guerra, o grupo libanês já havia



alcançado a maturidade necessária para desenvolver ações que cooptassem o apoio e credibilidade de boa parte da população libanesa, mediante a utilização do aparato militar, social e político. E, por outro lado, desacreditando as forças israelenses perante a sua população e, em determinados eventos, ocasionando a reprovação da comunidade internacional quanto aos atos de Israel.

Desse modo, tendo chegado ao final do desenvolvimento do trabalho, no próximo capítulo são elaboradas as conclusões. Ademais, são apresentadas linhas futuras de pesquisa correlacionadas com este trabalho e possíveis implicações dos conhecimentos para a MB.

## 5 CONCLUSÃO

Tendo o desafio de trazer à reflexão o fenômeno da guerra irregular, cada vez mais presente na atualidade, aponta-se que, em diversas situações, o mais fraco pôde vencer o mais forte. Por isso, neste trabalho, buscou-se analisar a realidade da insurgência do grupo Hezbollah no Líbano, no período de 1982 a 2006, em confronto com o Estado de Israel. Para tanto, utilizou-se como aporte teórico as leis formuladas por David Galula para a contrainsurgência, porém analisadas sob a ótica do insurgente.

Dessa maneira, buscou-se responder ao seguinte questionamento: as ações do grupo Hezbollah, rotulado como uma milícia insurgente, no combate ao Estado de Israel, durante a trajetória percorrida desde o seu surgimento em 1982 até a guerra de 2006, tiveram aderência ao modelo teórico de David Galula no que concerne ao apoio da população? Confirmando a hipótese inicial, o estudo atestou a existência de tal aderência por parte do lado insurgente, apesar da ressalva de que no período de 1982 (surgimento do grupo) até sua entrada na vida política libanesa (após o fim da Guerra Civil no Líbano), o foco de atenção e suporte do Hezbollah era apenas a população muçulmana xiita, excluindo-se, naquele período, os outros segmentos étnico-religiosos libaneses. Esse cenário se alterou com a entrada do grupo na política, quando passou a atuar junto aos outros segmentos étnico-religiosos, angariando suporte de parcela desta população.

Para atingir o objetivo, a pesquisa foi estruturada em cinco capítulos, sendo três referentes ao desenvolvimento. No capítulo dois foi estudado o modelo teórico de Galula, precedido por conceitos fundamentais para o entendimento deste trabalho. Diante dos conceitos apresentados, caracterizou-se a população como CG desse tipo de combate. No capítulo três, fez-se necessário contextualizar a criação do Estado de Israel e o surgimento do grupo Hezbollah, que antecederam o conflito ocorrido em 2006.

No capítulo quatro foram comparados os aspectos destacados da teoria selecionada, as leis de Galula, com as ações desenvolvidas pelo Hezbollah desde a sua criação até o confronto de 2006. Concluiu-se que, ressalvado o fato de que o foco das atividades do grupo nos primeiros anos de sua existência foi a busca do apoio primordial dos muçulmanos xiita, houve aderência ao modelo largamente utilizado do Coronel David Galula, por intermédio das quatro leis citadas. A partir da entrada do grupo na vida política libanesa, onde passou a atuar além de sua ala militar, houve uma mudança de foco, e todos os segmentos étnico-religiosos passaram a vigorar como objetivo do grupo.

Depreende-se, portanto, que a postura do Hezbollah difere significativamente de outros movimentos insurgentes da região do Oriente Médio, que voltam grande parte de seus esforços contra parcelas das sociedades locais diferentes das suas, tendendo a ser sectárias e desagregadoras, como é o caso do Estado Islâmico por exemplo.

Diante do teor da teoria de Galula, que aborda a contrainsurgência, este trabalho adaptou alguns conceitos e citações para que o desenvolvimento fosse realizado na perspectiva do insurgente, no intuito de corroborar para um melhor entendimento. Porém, tal fato não descaracterizou a ênfase principal do seu modelo teórico, a variável população, indicada como CG da Guerra Irregular sendo, por conseguinte, a essência das leis por ele postuladas.

Analisando as atividades do Hezbollah, é possível perceber que sua legitimidade para agir contra Israel advém de um processo que foi aglutinando cada vez mais adeptos. Este fato resultou não apenas no crescimento político do Hezbollah, mas no crescimento militar, evoluindo de simples táticas de guerrilha para ações de guerra convencional e na vertente social, onde angariou apoio e prestígio com suas empreitadas em prol da população libanesa mais carente. Somado a isto, cita-se também a falta de capacidade de atuação do Estado libanês em diversos segmentos, destacando-se o militar e o social. Tais lacunas foram preenchidas pelos

insurgentes xiitas. O Hezbollah alcançou certa maturidade, que é atestada pela sua efetiva organização e perícia militar.

Nesse contexto, surgem questionamentos: os resultados dos conflitos, até hoje latentes, contra o Hezbollah, poderiam ter tido desfechos diferentes, caso o Estado de Israel tivesse combatido as fontes que garantem ao Hezbollah o apoio da população (operações de informação, apoio da Síria e do Irã, financiamentos interno e externo)? O Estado de Israel notou a evolução do Hezbollah quanto à mudança de foco no que diz respeito aos segmentos étnico-religiosos, que visou angariar maior apoio ao grupo? Estas perguntas ficam como sugestões para novos trabalhos sobre o assunto, que devem ser baseados no estudo detalhado das ações de Israel. Da mesma maneira, não foi possível analisar detalhadamente o papel das forças armadas libanesas neste cenário, o que certamente também consiste em interessante linha de pesquisa futura.

Por fim, destaca-se a relevante implicação para a Marinha do Brasil dos conceitos abordados neste trabalho no que diz respeito a guerra irregular e suas vertentes, seja no campo interno ou externo. No externo, o Brasil, como participante de missões de paz sob a égide da ONU, já enfrentou tais desafios no Haiti e no Líbano, em conflitos de características irregulares.

Quanto ao campo interno, as organizações criminosas são cada vez mais frequentes e atuantes no território brasileiro, demandando esforços alinhados aos aspectos de contrainsurgência, como as ações perpetradas pelas operações de Garantia da Lei e da Ordem. As atividades desenvolvidas por estas organizações se assemelham às técnicas utilizadas em uma guerra irregular, com ações coordenadas e de difícil contenção, muitas vezes em localidades dominadas por um poder que não o do Estado. Neste locais, a população também é o CG do confronto, sendo a sua “conquista” fator essencial para o sucesso das ações estatais.

## REFERÊNCIAS

ANTI-DEFAMATION LEAGUE. **Hezbollah's International Reach**. 2004. Disponível em: <[http://www.adl.org/terror/hezbollah\\_print.asp](http://www.adl.org/terror/hezbollah_print.asp)>. Acesso em: 15 mar. 2019.

ALAGHA, Joseph. **Hizbullah's Documents: From the 1985 Open Letter to the 2009 Manifesto**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2011. 224p.

\_\_\_\_\_. **The Shifts in Hizbullah's Ideology: Religious Ideology, Political Ideology, and Political Program**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2006. 380p.

ARMSTRONG, Karen. **Em Nome de Deus – O Fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 528p.

BLANFORD, Nicholas. **Warriors of God: Inside Hezbollah's Thirty-Year Struggle against Israel**. New York: Random House, 2011. 544p.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília. 2015. 294p. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRENNEN, Lisa. **Hezbollah: Psychological Warfare Against Israel**. Dissertação de Mestrado (Master of Arts in Security Studies). Naval Postgraduate School. Monterey, California, 2009. Disponível em: <[https://calhoun.nps.edu/bitstream/handle/10945/4839/09Mar\\_Brennen.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://calhoun.nps.edu/bitstream/handle/10945/4839/09Mar_Brennen.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 08 jun. 2019.

BYERS, Michael. **A Lei da Guerra – Direito Internacional e Conflito Armado**. Rio de Janeiro: Record, 2007. 263p.

CHURCHILL, Randolph S.; CHURCHILL, Winston S. **Seis dias de uma Guerra milenar**. Rio de Janeiro: Ediex Gráfica e Editora LTDA, 1968. 272p.

CSONU – CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 1566 (2004)**. S/RES/1566 (2004). 8 out, 2004. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DAHER, Joseph. **Hezbollah**: The political economy of the party of God. London: Pluto Press, 2016. 288p.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 428p.

FADIL, Magda Abu. Hezbollah TV Takes Credit for Ousting Israelis. IPI Global Journalist, 6, no. 4, Fourth Quarter, 2000. In: JORISCH, Avi. **Beacon of Hatred**: Inside Hizballah's Al-Manar Television. Washington DC: Washington Institute for Near East Policy, 2004.

FRANÇA, Júnia L. VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 240p.

FREUND, Julien. **Sociología del conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. 310p.

GALULA, David. **Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice**. Westport, Connecticut, London: Praeger Security International, 1964. 143p.

GATTAZ, André Castanheira. **A guerra da Palestina**: da criação do Estado de Israel à nova Intifada. São Paulo: Usina do Livro, 2002. 240p.

HAMZEH, Ahmad Nizer. **In the Path of Hizbullah**. Syracuse: Syracuse University Press, 2004. 196p.

HANNA, Elias. Lições aprendidas na recente Guerra no Líbano. **Military Review**, [S.l.], p. 40-48, Janeiro-Fevereiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MRjanfeb08.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

HOFFMAN, Frank G. “**Conflicts in the 21st Century: The Rise of Hybrid War**.” Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007. Disponível em: <[http://www.projectwhitehorse.com/pdfs/HybridWar\\_0108.pdf](http://www.projectwhitehorse.com/pdfs/HybridWar_0108.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2019

ISRAEL. **7 years later**: Hezbollah has developed capabilities to strike anywhere in Israel. Jerusalém: Israel Defense Forces, 2013. Disponível em: <<https://www.idfblog.com/hezbollah/2013/07/11/7-years-later-hezbollah-has-developedcapabilities-to-strike-anywhere-in-israel/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

JABER, Hala. **Hezbollah** – Born with a vengeance. New York: Columbia University Press, 1997. 247p.

KIFNER, John. In the 1990s, Shadows Waged War. **The New York Times**. July 26, 2006.

LANDER, Natasha. Hezbollah: Organizational Analysis of an Insurgency. **The Michigan Journal of Public Affairs** 7 (2), Spring 2010.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 477p.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 445p.

NANTET, Jacques. **Historia del Libano**. Caracas/Madrid: Editorial Oceánidas, 1964. 348p.

PEDERSEN, Susan. **The Guardians: the League of Nations and the Crisis of the Empire**. Oxford e New York, Oxford University Press, 2015. 592p.

PECEQUILO, Cristina S. **Política Internacional**. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2012. 356p.

RECORD, Jeffrey. Why the Strong Lose. **Parameters**. V. 35, N. 4, Winter 2006.

RUDNER, Martin. Hizbullah: An Organizational and Operational Profile. **International Journal of Intelligence and Counterintelligence** 23, nº. 2, 2010, p. 226-246.

SYKES-PICOT AGREEMENT. **WWI Documents Archive: Official Papers**. Disponível em: <<http://www.saylor.org/site/wp-content/uploads/2011/08/HIST351-9.2.4-Sykes-Picot-Agreement.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

QASSEM, Naim. **Hizbullah: The Story from Within**. Translated by Dalia Khalil. Beirut: Saqi, 2010. 463p.

SAND, Shlomo. **A invenção da terra de Israel: da Terra Santa à Terra Pátria**. 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2014. 370p.

SCALERCIO, Márcio. **Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 301p.

SCHERER, Ligia Maria; GOULART, Felipe Haddock; VELOSO, Pedro Augusto Franco (org.). **Brasil - Líbano: Legado e Futuro**. Brasília: FUNAG, 2017. 300p.

SCHLEIFER, RON. Psychological Operations: A New Variation on an Age Old Art: Hezbollah versus Israel. **Studies in Conflict & Terrorism** 29, nº. 1, 2006, p. 1-19.

UNIFIL – UNITED NATIONS INTERIM FORCE IN LEBANON. **UNIFIL Deployment**. Disponível em:  
<[https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/deployment\\_map\\_oct\\_2016.pdf](https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/deployment_map_oct_2016.pdf)>.  
Acesso em: 18 jul. 2019.

UNITED NATIONS. **Mr. Blue Barrel explains the blue line**, 2012. Disponível em:  
<<https://unifil.unmissions.org/mr-blue-barrel-explains-blue-line>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2018. 386p.



## ANEXOS

## ANEXO A

		População (hab.)	Total da população	Total de libaneses
	<b>População Total</b>	<b>793.426</b>	<b>100%</b>	
	<b>Estrangeiros estabelecidos</b>	<b>61.297</b>	<b>8%</b>	
<b>Cristãos</b>	<b>Maronitas</b>	<b>227.800</b>	<b>29%</b>	<b>53%</b>
	<b>Greco-ortodoxos</b>	<b>77.312</b>	<b>10%</b>	
	<b>Melquitas</b>	<b>48.709</b>	<b>6%</b>	
	<b>Armênios (gregorianos ou católicos)</b>	<b>31.992</b>	<b>4%</b>	
<b>Muçulmanos</b>	<b>Sunitas</b>	<b>178.100</b>	<b>22%</b>	<b>47%</b>
	<b>Xiitas</b>	<b>115.035</b>	<b>15%</b>	
	<b>Druzos</b>	<b>52.934</b>	<b>7%</b>	

FIGURA 1 - Censo Populacional do Líbano em 1932

Fonte: NANTET, 1964, p. 249.

## ANEXO B



FIGURA 2 - Área do conflito de 2006

Fonte: ERIS Defesa e Segurança Internacional. Disponível em: <<http://www.eris-gedes.org/single-post/2016/07/22/Dez-anos-da-Segunda-Guerra-do-L%C3%ADbano-o-que-se-pode-esperar-do-futuro>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

## ANEXO C



FIGURA 3 - Limites da blue line na Área de Operações da UNIFIL

Fonte: UNIFIL. Disponível em:  
 <<https://unifil.unmissions.org/>>.  
 Acesso em: 10 mar. 2019.